



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A UTOPIA VIÁVEL

Trajectoria Intelectual de
Fernando Henrique Cardoso

BRASÍLIA, DF
1995

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

Eduardo Jorge Caldas Pereira
Secretário-Geral

Francisco Graziano Neto
Chefe do Gabinete Pessoal

Cinara Ribeiro Silveira
Secretária de Documentação Histórica

Gelson Fonseca Júnior
Chefe da Assessoria Especial

Publicação: *Secretaria de Documentação Histórica do
Gabinete Pessoal do Presidente da República*

Agradecimentos a Luis Fernando Panneli Cesar, José Estanislau do A. Souza Neto, Claudio Soares Rocha, Tórres Homem Rocha, Luciene Coelho de A. Müller, Rita Maria Eugênio Pinto, Silvia Lúcia A. Barbosa, Jeziel S. Oliveira e Rita Cristina B. Teixeira.

A UTOPIA VIÁVEL

Capa: Marisa Rodrigues

BRASIL. Presidência da República

A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso./
Brasília : Presidência da República, 1995.

106 p.

ISBN: 85-313-0005-3

Conteúdo: O intelectual das identidades complexas / Francisco Weffort -
Ciência e política / Fernando Henrique Cardoso - As luzes da sabedoria / Heinz
R. Sonntag - A nova agenda sociológica da América Latina / Fernando Henrique
Cardoso - O Presidente Sociólogo / Boaventura de Souza Santos - A nova
esquerda / Fernando Henrique Cardoso - A arte do realismo político / José
Madureira - A utopia viável / Fernando Henrique Cardoso - Agenda para o
Século XXI / Fernando Henrique Cardoso.

1. Fernando Henrique Cardoso - Vida política e acadêmica. 2. Sociologia -
Coletânea. 3. Ciência Política - América Latina. 4. Ciência Política - Brasil. I.
Cardoso, Fernando Henrique, 1931 - . II. Título.

CDU 316:32

B823d

Presidência da República

A UTOPIA VIÁVEL

Fernando Henrique Cardoso
Francisco Weffort
Heinz R. Sonntag
Boaventura de Souza Santos
José Madureira

Brasília, DF
1995

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
O Intelectual das Identidades Complexas	
<i>Francisco Weffort</i>	09
Ciência e Política	
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	19
As Luzes da Sabedoria	
<i>Heinz R. Sonntag</i>	25
A Nova Agenda Sociológica da América Latina	
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	31
O Presidente Sociólogo	
<i>Boaventura de Souza Santos</i>	45
A Nova Esquerda	
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	59
A Arte do Realismo Político	
<i>José Madureira</i>	77
A Utopia Viável	
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	85
Agenda para o Século XXI	
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	95

APRESENTAÇÃO

Mistura de sociólogo e político, o Presidente Fernando Henrique Cardoso carrega, com orgulho, a fama de intelectual, obtida numa carreira que o tornou conhecido em vários países. Nada mais apropriado, assim, que expor à opinião pública sua contribuição para o mundo das idéias, alavancando os processos de mudança social.

Este livro reúne textos que retomam questões tratadas ao longo de sua trajetória intelectual. Como se poderá verificar, Fernando Henrique atualiza progressivamente suas idéias, adaptando os conceitos à realidade em movimento.

Os textos foram escritos para cerimônias acadêmicas solenes: a outorga do título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo, em 1992 e, mais recentemente, em 1995, a outorga dos doutorados "Honoris Causa" pelas Universidades da Venezuela, de Coimbra e do Porto. Vale esclarecer que essas honrarias, que Fernando Henrique recebeu já como Presidente da República, foram concedidas antes das eleições e homenageavam o cientista social e não o político vitorioso.

Essas cerimônias acadêmicas seguem um ritual universal, no qual se ouvem dois discursos. O primeiro advém de um professor da própria Universidade, que saúda o homenageado e apresenta as linhas gerais de sua obra. Segue-se o agradecimento e, para honrar o título que recebeu, o homenageado ministra uma aula. Assim, as solenidades, ao lado de seu sentido simbólico, propiciam momentos de reflexão crítica, servindo para melhor

compreender a obra e, sobretudo, as preocupações presentes do homenageado.

Os professores que resumem e interpretam a obra sociológica de Fernando Henrique são personalidades acadêmicas conhecidas, como Francisco Weffort, o venezuelano Heinz Sonntag e os portugueses Boaventura de Souza Santos e José Madureira. Os textos do Presidente procuram estar mais próximos da reflexão sociológica do que da política. Tratam de temas como as relações entre ciência e política, a nova agenda para a reflexão sociológica da América Latina, a questão da ideologia no mundo de hoje e, finalmente, as características do sistema internacional e o que podemos formular como uma "utopia viável" para a sua transformação.

Acrescentou-se à coletânea um artigo mais recente, preparado para publicação num periódico da Alemanha. Nele o Presidente mostra o pano-de-fundo mais amplo de muitos dos temas aqui tratados, procurando caracterizar alguns dos traços centrais de nosso tempo, aberto para a perspectiva de um "novo Renascimento".

Ao oferecer este livro ao público, a Presidência da República procura contribuir para o aprimoramento do debate nacional, fornecendo conteúdo para a busca concreta do desenvolvimento visando a melhoria da qualidade de vida do nosso povo.

*Francisco Graziano Neto
Brasília, 20/09/95*

O Intelectual das Identidades Complexas^(*)

Francisco Weffort

A concessão do título de Professor Emérito ao Professor Fernando Henrique Cardoso qualifica de modo preciso o caráter excepcional desse título. O título de Professor Emérito não é parte da carreira funcional de um professor. É o reconhecimento, por parte da Universidade, das qualidades intelectuais excepcionais de um Professor. Embora possa parecer aos menos informados sobre a Universidade um formalismo, eu diria ao contrário que acrescenta vida à Instituição. Porque a vida acadêmica, em sua espontaneidade, não é transparente. Faz-se necessária a solenidade organizada segundo rigores formais precisamente para que a transparência aconteça.

Momentos como esse são excepcionais, e deve ficar claro que são excepcionais, e para figuras excepcionais da vida intelectual, como Fernando Henrique Cardoso. Neste sentido, a reunião de hoje para homenageá-lo deve ser tida como exemplar. Com o espírito dos que aqui se formaram na velha Cátedra de Política, hoje Departamento de Ciências Políticas, eu apenas repito uma sugestão de Maquiavel: quando o sentido da ação dos homens é grandioso, é o próprio sentido da ação que exige um cenário apropriado para se expressar. Esta solenidade não é, pois, uma mera formalidade. É o momento do reconhecimento de um Professor

(*) Discurso de saudação ao professor Fernando Henrique Cardoso por ocasião da outorga do título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, em 15 de maio de 1992.

Emérito que honra o Departamento de Ciências Políticas, que enobrece esta Faculdade de Filosofia e que acrescenta luzes a esta Universidade como instituição.

A riqueza e a variedade da obra de Fernando Henrique Cardoso é enorme. E cria, para mim, modesto orador que os colegas do Departamento de Ciências Políticas e a direção da Faculdade de Filosofia honraram com a tarefa de saudá-lo em nome de todos, mais do que a dificuldade típica de situações como essa, o mui famoso "embarras des choix". Escolher alguns títulos, coisa que farei mais adiante, em meio ao extraordinário volume de livros, ensaios, artigos, atividades acadêmicas, atividades políticas, etc., já é um começo de interpretação que, mais do que interpretação de uma obra intelectual, é também, neste caso, um esforço de entendimento de uma trajetória histórica, de uma trajetória particularmente brilhante em um dos períodos — que também é o nosso — mais conturbados da História Contemporânea.

Mas porque tem que haver uma escolha, eu começo não por uma obra, mas por algo que me parece um estilo, um estilo de pensamento. Quem se lembrar de Mannheim e da sua famosa Tese de Doutorado, vai coincidir com a minha intenção. Se me perguntassem quem é Fernando Henrique como intelectual, isto é, como sociólogo e como cientista político, eu me benzeria no temor dos resultados da violência que teria que cometer e diria: Fernando Henrique é, por excelência, o sociólogo das relações "in fieri", das formações "in the making" ou, para utilizar expressão que às vezes ele gosta de usar, das relações "cambiantes". E, por isso, sempre foi e se tornou cada vez mais, um sociólogo político, depois um cientista político e, finalmente, um político, sem que em cada novo passo tivesse que apagar o anterior. Como sabemos, há uma enorme afinidade entre esta Sociologia e a Política porque a Política, como diria de novo Maquiavel é, por essência, o que não está dado, é "cose a fare".

Uma outra maneira de dizer a mesma coisa, aliás, também temerariamente, seria dizer que Fernando Henrique é o intelectual das "identidades difíceis" ou das "identidades complexas". Eu me refiro, evidentemente, às identidades sociais, políticas, culturais, etc. E creio que poderia haver ainda uma outra maneira de dizer o mesmo: Fernando Henrique é o intelectual de uma época em que é muito difícil ter ou manter

O Intelectual das Identidades Complexas

uma identidade social, cultural, política. Ainda sobre esta minha temerária hipótese interpretativa, permitam-me que lhes conte duas pequenas histórias para sugerir que não deve ter sido fácil a Fernando Henrique Cardoso haver criado e mantido, brilhantemente como já disse, esse estilo ao longo de sua extraordinária carreira intelectual.

A primeira dessas historinhas, ele mesmo me contou e exemplifica a angústia das pessoas, em especial os mais jovens, em busca disso que eu chamaria de "identidades fáceis". Fernando Henrique me contou que, certa vez, desenvolveu longa palestra a nossos alunos sobre a obra de Max Weber. Como seria de esperar, tratando-se de Fernando Henrique Cardoso, eu posso imaginar a riqueza dos matizes na descrição de um mundo intelectual como o de Weber, intelectual sofisticadíssimo a quem coube viver numa época duríssima da História, ele próprio com uma imagem generosa da liberdade e da verdade, como diria Merleau-Ponty, mas também um intelectual que, com o olho na história alemã de início deste século, nós chamaríamos de um "liberal duro", com uma ética da responsabilidade política e com uma visão de democracia adequada a esta ética. Fernando Henrique me contou que, ao sair da palestra, em que ele havia se empenhado em mostrar todos estes matizes e muitos outros, um aluno o procurou com o seguinte comentário: "bem fascistão este Weber, hein professor?!".

A segunda historiazinha ocorreu comigo numa conversa de corredor dentro do Partido dos Trabalhadores (PT), partido político do qual, como sabem muitos dos presentes, fui até há bem pouco dirigente e ao qual permaneço filiado. Como sabem, e quem não sabe fica sabendo, a Tese de Doutorado de Fernando Henrique tem por título *Capitalismo e Escravidão*. E a propósito deste título, alguém me contou que nas represões de após 1964, esse livro foi apreendido em algumas casas de militantes porque alguns policiais liam o seguinte título "Capitalismo é Escravidão"! Um companheiro que passava no momento em que eu contava essa história, pegou só o fim da frase que eu dizia com ênfase "Capitalismo é Escravidão", olhou para minha cara e disse: "senti firmeza, companheiro"! Este é um dos problemas das identidades fáceis: às vezes a firmeza está no ponto errado.

Menciono, portanto, de partida, o que me parece ser um estilo de pensamento. Mas a lembrança da Tese de Doutorado de Fernando Hen-

rique me obriga a mencionar, pelo menos, alguns títulos, dentre os mais importantes de sua obra. E isso me leva a observar que, não pensando nos mais jovens, hoje — ou em nós mesmos quando mais jovens, há 30 anos atrás — mas em todos de modo geral, partimos de algumas identidades que, se não eram fáceis, eram muito mais definidas. De algum modo, o ponto de partida de Fernando Henrique também está em identidades bastante definidas, determinadas. Todos nós lembramos de que, nascido embora de um programa de estudos que se inicia com o tema das raças, *Capitalismo e Escravidão*, de 1961, é um esforço no sentido de definir, ou determinar, as características capitalistas do modo de produção no país. No mesmo rumo andam os primeiros estudos sobre classes sociais, por exemplo *Proletariado e Mudança Social em São Paulo*, de 1960. E é bem possível que a criação do CESIT — Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho — em 1962, do qual Fernando Henrique foi o primeiro diretor, responda a preocupações semelhantes.

Mas isso é apenas o começo. Permitam-me lembrar outro livro fundamental para o estudo da industrialização e das classes sociais no Brasil — *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, publicado em 1964, mas que vem de pesquisas dos anos anteriores — para dizer que os sinais disso que chamei de uma sociologia das "identidades difíceis" já começam a aparecer. O empresariado nacional, diz Fernando Henrique, aproveita-se das benesses do Estado mas não assume as responsabilidades públicas correspondentes — aliás uma verdade que permanece tão verdadeira hoje quanto o era naquela época. Como os mais velhos se lembram, idéias como essa se confrontavam com um edifício de "identidades" definido pelo menos desde os anos 30 e que faziam crer, por exemplo, na existência de uma burguesia nacional. Um outro título que menciono a seguir é o famoso, na verdade famosíssimo, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, de 1969, escrito por Fernando Henrique junto com Enzo Falletto, e que traduz de modo mais acabado um importante movimento de idéias que ele começara, com outros colegas, no Chile, desde 1965.

Vêm depois, na minha econômica seleção de títulos, dois outros, dos mais importantes: *Autoritarismo e Democratização*, de 1975, e os ensaios políticos de *Democracia para mudar*, de 1978. Não se pode esquecer, porém, a notável contribuição a periódicos acadêmicos, impren-

O Intelectual das Identidades Complexas

sa, etc. que eu não posso relacionar aqui (nem mesmo selecionar) por absoluta falta de tempo, mas que deveriam contar, de modo decisivo, em estudos sobre o pensamento de Fernando Henrique Cardoso.

Embora o meu objetivo aqui não seja o de apresentar um candidato a um título acadêmico, pois o título de Professor Emérito ele já o tem — aliás tem muitos outros — peço que me perdoem a insistência nas informações que, contudo, me parecem úteis para avaliarmos a excepcionalidade do título de Professor Emérito concedido a Fernando Henrique pela USP. Por exemplo, entre numerosas funções em organismos internacionais, foi diretor da Divisão de Programação Social do *Instituto Latinoamericano de Programación Económica y Social* (ILPES) e presidente da Associação Internacional de Sociologia. Entre as suas muitas atividades junto a universidades estrangeiras, todas de primeiro nível de excelência, entre as quais as de Oxford, Princeton, Sorbonne e Stanford, limito-me a informar que recebeu doutorados "Honoris Causa" pela Universidade de Rutgers e pela Universidade de Notre Dame, ambas nos Estados Unidos. E no Brasil, depois da experiência do CESIT foi, junto com outros colegas, fundador do CE-BRAP e, na minha avaliação, seu mais importante líder e inspirador.

Tudo isso já seria muito, em termos acadêmicos, para descrever uma trajetória intelectual. E, contudo, falta ao meu levantamento alguma coisa que me parece essencial. Esse que eu vejo como o intelectual das relações "in fieri", dos processos "in the making", representa do modo mais brilhante, em uma geração de intelectuais brilhantes que é a sua, uma época de mudanças rápidas, uma época de aceleração da mudança, seja na Universidade, seja na política, seja na teoria. E eu entendo que está na sua sensibilidade para a História e para a ação a raiz da sua excepcionalidade como intelectual. Os 30 anos que vêm desde o seu doutorado até hoje são os mais rápidos 30 anos que registra a História Contemporânea. E Fernando Henrique Cardoso expressou isso, ou seja, a rapidez da mudança, com maior fecundidade do que a maioria de nós todos, seus colegas e alunos, embora muitos de nós dedicados a tarefas muito semelhantes. Não temo afirmar que nesse período, rico em pensadores críticos, ele foi o mais crítico e, muito provavelmente, o mais consciente de sua própria criticidade.

Parecerá a muitos extrema irreverência de minha parte, mas ousou dizer que em certos momentos esse intelectual, certamente o mais "esta-

blished", no sentido americano, dos nossos intelectuais, tem algo da criticidade de um "outsider". Com freqüência a sua crítica se dirige aos edifícios estabelecidos da teoria, mas às vezes se dirige aos edifícios que ele próprio construiu. Ninguém criticou tanto imagens da teoria da dependência, inspiradas em Fernando Henrique Cardoso, como o próprio Fernando Henrique Cardoso!

Nele, a consciência da própria criticidade tem diversos momentos luminosos. São vários, eu aqui cito apenas um, por exemplo, no seu *Autoritarismo e Democratização*: "de novo o que existe nos capítulos deste livro são as transformações pelas quais o objeto principal de minhas reflexões vem passando: desenvolvimento capitalista, mas dependente; dependente, mas associado; baseado no dinamismo da empresa, mas estatal; de ideologia perenemente ascensional, mas beirando o ciclo descendente, e assim por diante". Eu acentuo a reiteração do "mas" e, ao final, o "assim por diante".

É inteiramente evidente que se pode divergir de suas teorias e de seus conceitos. Mas é igualmente evidente que Fernando Henrique desenvolveu, mais do que ninguém, conceitos que captam, ou buscam captar, a contradição, o paradoxo, aquilo que move, o que está deixando de ser ou, ao contrário, o que está vindo a ser. Dou alguns exemplos de conceitos ou de imagens cunhadas por Fernando Henrique: "burguesia de Estado" (todos sabem, e ele também, que o conceito de burguesia diz respeito a uma outra realidade, não a do Estado; mas a força da idéia da burguesia de Estado está precisamente nisto, neste desconcerto, neste deslocamento); "anéis burocráticos" (metáfora utilíssima, especialmente para a fase do autoritarismo, como descrição de um dos modos pelos quais uma parte da sociedade civil, por assim dizer, se torna Estado); "internacionalização do mercado interno" (hoje a idéia parece corriqueira tanto caminhou dos anos 60 para cá a internacionalização da economia, mas tratemos de nos lembrar que foi formulada em uma época na qual se acreditava que o decisivo era o mercado nacional; aliás, a idéia de internacionalização do mercado interno denuncia uma realidade que está nas raízes da crise atual do Estado-Nação).

Sinto a pergunta no ar: como deveríamos nos referir em face da substância dessas teorias? Essa é uma questão relevante que, contudo, não tenho como enfrentar aqui. Creio necessário repetir que eu estou aqui

falando do estilo de pensamento de Fernando Henrique. Em outras palavras, estou falando de Fernando Henrique como do grande virtuoso das idéias que acredito que ele é. E o que qualifica o grande virtuoso das idéias, como da música, ou de qualquer outra atividade cultural, é a capacidade que ele tem de se dar a reconhecer como tal pelos seus iguais, através de suas ações e de suas obras. O dar-se a reconhecer como excelente pelos seus pares — eis a qualidade específica do grande intelectual. Eu estou sustentando aqui que Fernando Henrique é um grande virtuoso das idéias e o é porque expressa as vicissitudes da História do seu tempo de modo mais "afinado" que a maioria dos seus colegas. Por isso mesmo tem e sempre teve uma enorme capacidade de influência sobre a maioria dos seus colegas. Isso significa que estes o tomam como referência para pensar, mesmo que desejem pensar contra. Ou, o que ocorre no mais das vezes, mesmo que pensem que estão pensando contra.

Muito da influência de Fernando Henrique vem, evidentemente, de sua relação com a política. Não me refiro apenas à sua condição atual de Senador da República e de dirigente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas às suas relações com a política que, como ocorre com todos nós, se acumulam no tempo e ultrapassam de longe as experiências de nossos jovens partidos. Eu me lembro de uma vez na rua Maria Antônia, creio que em 1962, quando Fernando Henrique publicou um pequeno artigo em um jornalzinho do CEUPES, o centrinho dos estudantes de Ciências Sociais. Falava-se muito na época, aqui, na França, em toda parte, de engajamento do intelectual. E a frase que me ficou do artigo era de que o dever do intelectual é tanto o do engajamento quanto o da lucidez da análise. Essa frase, na sua generalidade, se aplica a muitos, mas raramente de um modo tão efetivo quanto ao próprio Fernando Henrique, com tudo o que a emoção do engajamento e a distância da análise possam ter de elemento de tensão, mesmo no plano pessoal.

Passo rápido sobre seus tempos de política corporativa (palavra horrível) como representante dos ex-alunos no Conselho Universitário. É que eu quero chamar a atenção para a fase difícil, difficilima, do exílio e da resistência. Porque a verdade é que aquilo que, na bibliografia, aparece como um período brilhante no ILPES, era também o exílio, imposto pelo golpe de 1964. E depois, o que aparece como um igualmente brilhante período no CEBRAP, depois de 1969, foi o período da resistência, do medo,

das perseguições, das humilhações, que Fernando Henrique e seus colegas tiveram que superar para produzir o que produziram. Quero me referir ainda ao período do *Jornal Opinião*, da bela e frustrada tentativa da *Revista Argumento*, na qual Fernando Henrique desempenhava, ao lado de outros colegas, uma função de aglutinação intelectual, cujo significado político não escaparia a ninguém, em 1978, quando de sua primeira campanha para o Senado.

E já que me aventurei a formular uma hipótese sobre um estilo de pensamento de Fernando Henrique, vou além na minha sociologia do conhecimento de inspiração reconhecidamente mannheimiana, para dizer que a sua sociologia crítica, ou das relações "cambiantes", nasce de um sentimento das prioridades da ação. Isso não significa que ele tivesse, não em todos os momentos, pelo menos, um programa político a apresentar, mas sim que tinha (e tem) uma sensibilidade voltada para o que acredita serem as exigências do "momento atual". Os conceitos adquiridos (e estabelecidos) tinham que se ajustar a essa tarefa e a verdade é que eles nem sempre serviam de muito.

Fernando Henrique tem muito do intelectual que tem que falar com a linguagem que apreendeu de outros, com uma linguagem herdada, a qual contudo considera insatisfatoriamente para aquilo que a sua sensibilidade é capaz de perceber. É isso que significam estas "identidades difíceis", este processo de complexificação das identidades. As classes, de que nos falaram os clássicos do marxismo, continuam existindo mas são diferentes. Se a chamada burguesia nacional não tem projeto nacional, notemos que nesse mesmo período a teoria da classe-sujeito simplesmente some do horizonte. O desenvolvimento capitalista nacional, isto é, autônomo e auto-sustentado, torna-se idéia do passado. A internacionalização do mercado interno, recém-descoberta em meados dos anos 60, caminhou tão rapidamente nos últimos 30 anos, que há de espantar até mesmo ao seu formulador original.

Surge, é verdade, uma nova imagem da democracia que enriquece nosso horizonte político e intelectual. E Fernando Henrique a transforma em tema fundamental de muitos dos seus últimos escritos. Mas quando olhamos em conjunto os últimos 30 anos, a verdade é que o mundo das nossas certezas passadas não existe mais. Restam, evidentemente, os princípios — ou melhor, os princípios dos princípios — os sonhos da

O Intelectual das Identidades Complexas

liberdade e da igualdade, fios condutores que, de um modo ou de outro, ainda nos guiam nos labirintos atuais. Mas o território que antes era definido no campo da teoria tornou-se, na melhor das hipóteses, um arquipélago. O que parecia ser um continente são, na melhor das hipóteses, ilhas dispersas. As identidades, que Fernando Henrique acompanhou em seu processo de crescente complexificação, nunca foram tão difíceis de estabelecer como hoje.

Talvez o melhor elogio que se possa fazer a um intelectual é o de dizer que a sua biografia intelectual ajuda a entender a história do seu tempo. É este o elogio que eu gostaria de fazer, por exemplo, a Antonio Gramsci e a Joaquim Nabuco. É o elogio que eu desejo fazer aqui a Fernando Henrique Cardoso. A sua sociologia, a sua ciência política, bem como as suas atividades políticas, ajudam a entender um pedaço decisivo da nossa história. Quero dizer, ajudam a entender a história desta Universidade e a história deste país em nosso tempo. E acredito que isso tem muito a ver com a decisão da nossa Universidade de reconhecer nele um Professor Emérito.

Há, porém, ainda um esclarecimento a fazer para que bem entendam o sentido que dou a este raciocínio. É este é, a meu juízo, um esclarecimento decisivo. A concessão do título de Professor Emérito significa um ponto altíssimo de reconhecimento, mas não é, evidentemente, nem o fim da história, nem, graças a Deus, o fim da biografia do homenageado. Solenidades como esta, por mais que se atenham aos limites da forma, jamais podem ignorar que são momentos da vida. E se as metáforas inspiradas na guerra ainda se aplicam entre nós (porque a verdade é que andam meio fora de moda), eu diria que para os guerreiros que se dividem, como Fernando Henrique Cardoso, entre o engajamento e a lucidez, não há descanso. Eles têm que continuar na luta mesmo quando prevalece a dúvida. Porque o grande intelectual é aquele que reinventa o significado da luta quando todo o significado anterior pareceria ter-se perdido. Deste modo, fique claro que, em nosso entendimento, para o grande teórico das relações "in fieri", das formações "in the making", "delle cose a fare", o título de Professor Emérito não é, e não pode significar, uma despedida. E esta saudação é antes uma nova convocação.

Ciência e Política^(*)

Fernando Henrique Cardoso

A vida tem sido generosa para comigo. Quase sem me haver dado conta, exerci funções que me tornaram conhecido. Muitas delas estavam acima de minhas expectativas, de meus méritos e da capacidade de bem exercê-las.

Não obstante, recebi o reconhecimento até pelo que não era mérito meu. Minhas primeiras palavras são, por isso mesmo, de gratidão. Devo mais do que sou credor.

Hoje a coluna de débito aumentou muito. Por mais que eu tenha me empenhado — e nos primeiros 20 anos, desde que ingressei no curso de Ciências Sociais em 1949, a USP foi meu horizonte exclusivo — pude fazer muito pouco por essa Universidade e, em particular, por esta Escola.

Em carta premonitória, de enorme generosidade, um antigo reitor a quem muito admiro, Prof. Ulchoa Cintra, prognosticou há mais de 25 anos que nas circunstâncias brasileiras seria difícil que eu pudesse dedicar meu entusiasmo e meu trabalho apenas à Universidade. Ele, então, lamentava mas compreendia o caminho que estaria traçado para mim.

Não pude, de fato, desempenhar-me normalmente como um professor e pesquisador no limite de minhas forças. Se, mesmo quando jovem,

(*) Discurso proferido na cerimônia de outorga do título de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, em 15 de maio de 1992.

a atividade política e a modernização do Brasil e da Universidade dividiram meu interesse com a pesquisa e o ensaio, depois de 1964, quisesse ou não, eu não teria tido as condições para ser o acadêmico que sonhei ser no fim da adolescência.

E, não obstante, desde o dia em que pisei na velha Escola Normal da Praça da República, onde então funcionava esta Faculdade, meu fascínio pela vida universitária fora total.

Esse fascínio não brotou do nada. Além do verdadeiro choque cultural que a Faculdade representava para alguém que, à época, estava entontecido pelo Congresso de Poesia, pelos ecos dos debates com Camus, pela obsessão em distinguir o que era mais "modernista", se Oswald ou Mário de Andrade, pela descoberta dos Rembrants (falsos ou verdadeiros, pouco importa), dos Matisses e Picassos do Museu de Arte da Rua 7 de Abril, havia, na Escola, a motivação e o paradigma dos que vieram a ser meus mestres e depois, mesmo sendo colegas, continuaram anos-luz à minha frente: Florestan Fernandes e Antonio Cândido.

Não fosse a paixão de Florestan pela "ciência empírica", como se dizia, sua disciplina acadêmica, seu ideal um pouco inviável de tornar a Maria Antonia — já era assim que se chamava a Filosofia nos anos 50 — um pedaço de uma universidade européia capaz de espremer até o fim a teia injusta de nossa realidade social para buscar caminhos de mudança, e não teria havido meu lado de sociólogo.

A homenagem de hoje é recebida, portanto, como sendo a continuidade das gerações.

Se, ao lado do Florestan, nunca deixei de ver Antonio Cândido — com seu senso de medida, sua elegância e seu jeito cosmopolita, vestido do oposto para melhor fazer com que a virtude se esconda no desimportante — outro paradigma, não quero deixar de registrar em ocasião tão grata para mim que convivi em minha própria geração com professores, pesquisadores e intelectuais da mais alta qualificação. Não quero citar ninguém para não ser injusto com os não nominados. Basta referir que os trabalhos que fiz não teriam sido possíveis sem o "Seminário de Marx" no qual aprendi com meus colegas.

Andei muito pelo mundo. Convivi em Universidades de primeira linha com alguns dos melhores intelectuais e cientistas sociais contempo-

râneos. Pude seguir cursos de Raymond Aron. Fui discípulo e trabalhei com Allain Touraine. Michel Foucault honrou-me convidando-me ao Colège de France. Albert Hirschman deu-me oportunidade de ser, por duas vezes, membro do Institute for Advanced Study, de Princeton. Ensinei em Berkeley, em Cambridge e várias vezes em Paris. Fui presidente da Associação Internacional de Sociologia. Pude conviver com meus companheiros de aventura intelectual na América Latina, desde Raul Prebisch, Anibal Pinto e Celso Furtado até o grande sociólogo e saudoso amigo, que foi meu chefe na CEPAL, José Medina Echevarria.

Não digo isso por gabolice. Digo-o para afiançar-lhes que tanto meus mestres do passado — e dentre eles houve um, estrangeiro também, cujo nome preciso declinar com reverência nesta tarde: Roger Bastide — como meus colegas de geração, em conjunto, exerceram atividade intelectual ao nível das demais escolas com as quais convivi e mantive contato pelo mundo afora.

Se hoje esta Faculdade me entrega tamanha honraria e responsabilidade, a de ser Professor Emérito, eu a aceito com humildade. E sei que muito mais do que a meus méritos o Título é dado a alguém que, por sorte, pôde ter a convivência intelectual que eu tive.

Quero dizer, também, que a maior gratificação para um professor é a de ter tido discípulos. E aqui, não diria a mágoa, mas um certo sentimento de vazio habita meu espírito. As circunstâncias da vida não me deixaram ter, no sentido preciso, discípulos. Além disso, por temperamento, os que estudaram, trabalharam comigo ou foram meus assistentes, eu os tive logo na condição de iguais e de amigos.

Hoje fui saudado por um deles. Francisco Weffort foi meu aluno. Trabalhou comigo no Chile. De novo, embora de longe, quando me tornei professor catedrático de Ciência Política, virou meu assistente. Não sei se cheguei a influir sobre o pensamento dele, embora hoje tenhamos grandes convergências. Sem ter sido, portanto, no sentido preciso, um discípulo, foi alguém de uma geração na qual, de modo talvez mais superficial e indireto do que ocorre com a relação entre um chefe de escola e seus discípulos, penso ter exercido o papel de companheiro mais velho.

Olho ao redor e vejo vários colegas da geração Weffort e até mais moços. Todos eles da mais alta qualificação. Uma Universidade que

continuou produzindo gente do calibre de Francisco Weffort, que tem, como também alguns de seus colegas como Lúcio Kowarick, o reconhecimento internacional, pode dizer com tranqüilidade: a despeito de tudo, do regime militar, da falta de verbas, da burocratização, continua cumprir seu papel.

Agradeço, portanto, esta homenagem, com a sinceridade, a ponta de vaidade e, ao mesmo tempo, o sentimento realista de que ela é prestada a alguém que se não pôde realizar todos os ideais universitários, serviu de ponte entre o muito que recebeu intelectualmente e o que de muito vivo continua sendo produzido na USP.

Não é tradição brasileira aproveitar ocasiões como esta para um balanço da atividade propriamente intelectual. Muito menos a do homenageado. Mas quero dizer que, dos 40 anos de labor de pesquisa e de pensamento, se algum esforço de valia tive foi o de não me conformar com os resultados alcançados. A meu modo, que não é retumbante e nem cético, mas sufoca o impulso pelo cálculo racional das conseqüências, procurei criticar e construir.

Crítiquei a sociologia que aprendi, então basicamente funcionalista e, com a ajuda da dialética, tentei entender a formação do capitalismo escravocrata brasileiro. Crítiquei o marxismo que me ajudara a ser crítico, não só desdenhando de sua forma vulgar na interpretação do sistema produtivo escravocrata e na avaliação errônea do Brasil que se industrializava e reestruturava suas classes empresariais e trabalhadoras, como em sua forma mais erudita. Mais tarde, critiquei a CEPAL e de novo, a versão predominante na esquerda, de uma América Latina que estaria condenada, pela dependência, à estagnação. Crítiquei os que viam no autoritarismo uma barreira insuperável ao crescimento econômico e imaginavam que dele só se pudesse sair pelos caminhos do socialismo.

Ainda recentemente, voltei a criticar as bases da teoria sobre as quais se assenta a nova ordem mundial e a "nova economia", pois hoje o que fora a âncora de todo o pensamento crítico, a teoria da exploração do homem pelo homem, entre as classes e entre as nações, sofreu abalos profundos quando passou a existir enorme massa humana, e até países, tão à margem da economia moderna que não servem sequer para serem

explorados. É como se para a prosperidade das pessoas e dos países a pobreza fosse apenas um incômodo e não mais um pilar.

Nunca, entretanto, revesti estas críticas com os ornamentos da demagogia. Nem a intelectual — que consiste em demolir tigres de papel — nem a política, que consiste em não buscar saídas se não no Juízo Final, quando tudo se redime.

Estarei certo?

Não sei. É meu jeito de ser. E cada vez mais acredito que sem a razão, sem certa dose de moderação, sem tolerância, e ao mesmo tempo com firmeza de propósitos, com convicções que não precisam ser alardeadas a cada instante, e sem uma ética prática (que me perdoem os filósofos), não há conciliação possível entre a ciência e a política.

Desculpem-me, os muitos amigos que aqui estão, por estas palavras um tanto justificatórias e pelo tom desse discurso. O momento não é para eu pretender dar lições. É para agradecer. Como faço agora. De todo o coração. Se algum dia senti a dor de ter sido arrancado desta Universidade pela aliança entre a direita externa, militar e civil, e a interna (e isso é preciso recordar para evitar repetições); se algum dia em terras longínquas lamentei estar produzindo na maturidade longe do meu país; se algum dia chorei por ter tido talvez mais discípulos, no sentido frouxo em que os tive, no exterior do que no Brasil; tudo isso, mas tudo mesmo, fica pequenino e se esfuma na alegria e na gratidão que devo a todos vocês da USP e a tantos amigos, por me terem dado muito mais do que jamais esperei.

As Luzes da Sabedoria^(*)

Heinz R. Sonntag

Sinto-me ao mesmo tempo comovido e honrado por ter a oportunidade de pronunciar algumas palavras neste ato singular, neste momento particular, nestas circunstâncias históricas (com o perdão por esta grandiloqüente palavra) e em homenagem a este homem, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

Este ato é singular. Não é protocolar, embora solene. Não é ritual, embora cerimonioso. Não é formal, embora sério. É a continuação de uma celebração que iniciamos há pouco mais de dois anos. Naquele momento, a Universidade Central da Venezuela concedeu sua máxima honra a dois colegas que, juntos ao homenageado de hoje e mais dois cientistas sociais, haviam recebido o título de Doutor "Honoris Causa" por ocasião do XIX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia - ALAS. Com efeito, foram cinco os agraciados: Fernando Henrique Cardoso, Orlando Fals Borda, Pablo González Casanova, Aníbal Quijano e Darcy Ribeiro.

Isto constituiu um gesto merecido, embora excepcional. Nossa Universidade não se destaca por ser generosa com a outorga desta honra: não a confere a cada Chefe de Estado ou a cada Chefe de organismo internacional que visitam nosso país, nem muito menos por pressões ou conveniências políticas. Por sua autonomia, ela o faz somente em atenção

(*) Discurso de saudação ao Professor Fernando Henrique Cardoso por ocasião da outorga do título de Doutor "Honoris Causa", pela Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, da Universidade Central da Venezuela, em 6 de julho de 1995.

aos méritos científicos, intelectuais, humanísticos dos nomes que são propostos: outorga-a aos que a merecem dentro dos parâmetros da Academia. E orgulhamo-nos desta seletividade, os que pertencemos a ela.

Naquela oportunidade, há pouco mais de dois anos, Fernando não nos pôde acompanhar, assim como também não puderam fazê-lo, por diferentes razões, Pablo González Casanova e Aníbal Quijano.

Hoje honramos Fernando Henrique Cardoso. Continuamos com a homenagem aos cientistas sociais de nossa contemporaneidade. Não podíamos saber, nem quando o apresentamos para honra tão alta, nem quando a Universidade a outorgou, que o homenageado de hoje seria Presidente de seu país. E o fato de que agora o seja nos enche de orgulho e de satisfação. Por isto, este ato é singular.

Este momento é particular. As ciências sociais de nossa região têm vivido momentos difíceis nos últimos, digamos, quinze anos. Ao final da década de 70, ainda se mantinham polêmicas sobre como analisar e interpretar o que tinha ocorrido e o que estava ocorrendo neste continente. A disputa entre Fernando Henrique e José Serra, por um lado, e Rui Mauro Marini, por outro, registrada na Revista Mexicana de Sociologia em 1978, sobre o enfoque da dependência como "análise concreta de situações de dependência" e a "teoria da dependência", marcou o ponto culminante — e de alguma maneira final — de um debate que impregnou profundamente a evolução das ciências sociais durante dez anos, desde o Congresso da ALAS no México, em 1969. Posteriormente, veio a ofensiva implacável dos "neo" e dos "post", isto é: o neoliberalismo, o neoconservadorismo, o neopositivismo e o post-modernismo. Frente a esta ofensiva, a capacidade criativa e criadora das Ciências Sociais arrefeceu, armadilha em que Fernando Henrique nunca caiu, a julgar por seus escritos teóricos do começo dos anos 80 e sua atuação política neste mesmo período. Mas já não eram tempos, em razão desta mesma crise, em que se respeitaram (no melhor sentido da palavra — não com devoção, senão viva e criticamente) os grandes nomes.

Estamos chegando ao final deste período. Os "neo" e os "post" estão em retirada, incertos ainda sobre sua capacidade de resistir às investidas de um novo pensamento social, mas convencidos de não poder vencer no longo prazo. Fernando deverá dizer-nos sua palavra a respeito disso, durante

ou uma vez finalizado seu mandato no atual cargo. Quem sabe onde estaremos então — ele e nós — neste mundo de rapidíssimas mudanças em todas as dimensões da vida, incluindo a intelectual ?

As circunstâncias históricas são especiais. Estamos, os povos latino-americanos e caribenhos, expostos ao processo de globalização. Isto nos obriga, queiramos ou não, a fazer frente a uns quantos desafios. Por razões de tempo, não posso entrar em detalhes, por demais conhecidos de todos os presentes. Uma das respostas que devemos dar aos efeitos nocivos e até perversos deste processo é sem dúvida a integração. Mas esta é, como tem sustentado Fernando Henrique Cardoso em numerosas oportunidades, não um simples processo técnico, senão o resultado da "vontade política", não tanto e apenas de nossos Governantes, mas também das forças sociais e políticas que lhes dão legitimidade. Consta para nós que o homenageado de hoje é um "latino-americanista", por convicção intelectual e por vivência existencial. E isto, talvez, nos proporcione um pouco mais de esperança.

Este homem é excepcional. Tratarei de esconder meus profundos sentimentos pessoais em relação a ele (e em relação a Ruth, sua esposa e companheira — "para Ruth, laços indestrutíveis", reza a dedicatória de um livro de Fernando Henrique), mas devo deixar registro da solidariedade fraternal de ambos em momentos muito difíceis de minha vida e de minha família. Procurarei antes traçar o caminho intelectual e político de quem hoje homenageamos.

Fernando graduou-se em Ciências Sociais em 1952 (aos 21 anos) na Universidade de São Paulo, na qual especializou-se em Sociologia em 1953 e obteve seu Doutorado em 1961, com uma tese sobre *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Continuou seus estudos no Laboratório de Sociologia Industrial na Universidade de Paris/França, naquela época um dos centros acadêmicos mais inovadores na disciplina; o que ali trabalhou encontraria eco em seu livro *Empresários Industriais e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, publicado em 1964 e um dos clássicos da literatura sociológica sobre o tema. Tendo ocupado cargos acadêmicos desde sua graduação, foi nomeado docente em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de sua Universidade e Professor Catedrático em 1968. Pouco depois, foi aposentado compulsoriamente pelo regi-

me militar, junto com numeroso grupo de colegas. Muda-se para o Chile, onde trabalhou no ILPES da CEPAL e escreve, junto com Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, editado em 1969 e de grande influência posterior e referência obrigatória ainda hoje, além das fronteiras da América Latina. No começo da década de 70, regressa ao Brasil e funda, com alguns amigos e colegas, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP. Nos anos seguintes, é professor-visitante de renomadas Universidades e Centros Acadêmicos: as de Stanford/EUA, Cambridge/Inglaterra, como titular da cadeira *Simón Bolívar*, Califórnia em Berkeley e a *Maison des Sciences de l'Homme* em Paris, ao mesmo tempo em que realiza numerosas estadas mais curtas em outras instituições acadêmicas, entre as quais o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Princeton e várias vezes o CENDES, e participa de seminários e conferências no mundo inteiro, também na Venezuela, alguns dos quais tive o prazer de compartilhar com ele. Torna-se Presidente da ALAS e chega a sê-lo da *International Sociological Association-ISA*, o único latino-americano que ocupou este cargo até agora. Publica incessantemente artigos e livros de grande impacto em seu país, na região latino-americana e caribenha e no mundo, entre eles *Contradições do Desenvolvimento Associado* (publicado em 1973 também em nosso país), *A Originalidade da Cópia: o Pensamento da CEPAL (1978)*, *O Modelo Político Brasileiro (1979)*, *As Políticas Sociais na Década de 80 (1981)* etc.

Em 1978, em momentos da ditadura marcados pela necessidade de abri-la para conquistar espaços de legitimação, elege-se Senador suplente pelo Movimento Democrático Brasileiro — MDB, não apenas a única agrupação de oposição, mas também o embrião do que viria a ser, a partir de 1982, o PMDB, isto é: o Movimento-Partido que logra finalmente a volta pacífica à democracia. Em 1983 se incorpora ao Senado com o influente cargo de Líder da maioria do PMDB, reelege-se Senador em 1986 e trabalha ativamente na reforma constitucional.

Em 1988, comentava-me num café-da-manhã, em seu apartamento de Brasília, que estava convencido de que o PMDB havia sobrevivido a si mesmo, pelas circunstâncias modificadas da democracia brasileira que haviam tornado obsoletas as características de um amplo movimento em

favor da democracia e que passaram a exigir um partido com ideologia e objetivos mais específicos. Poucos dias depois, fundou, com outros destacados democratas, o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, do qual foi seu líder no Senado entre 1988 e 1992.

O resto é conhecido: participa ativamente do movimento de "impeachment" a Fernando Collor de Mello, entra no Governo do Presidente Itamar Franco, primeiro como Ministro das Relações Exteriores (1992 a maio de 1993) e depois como titular da Pasta da Fazenda (até março de 1994), autor de um Plano pouco ortodoxo de estabilização econômica. Contra todos os prognósticos, chega à Presidência do Brasil no primeiro turno das eleições.

Este brevíssimo resumo das atividades de Fernando Henrique Cardoso constitui o esqueleto de sua vida acadêmico-intelectual e política. Razões de tempo me impedem de entrar em considerações pessoais sobre o ser humano, sobre o intelectual e o político.

Para terminar, permito-me recordar dois fatos. Na década de 70, numa das visitas já aludidas que Fernando Henrique fez a nosso país, a nossa Universidade e especialmente ao CENDES, decidimos fazer uma viagem ao Oriente da Venezuela. Percorremos a conhecida estrada "em direção ao Sol", como nos impõe a propaganda turística e Fernando descobriu a proximidade, o parentesco de seu povo e das costas de seu país com as nossas. Banhamo-nos não apenas nas praias do Mar do Caribe, mas também, como diria algum escritor dos que hoje são chamados "populistas", no "calor do povo". Ali Fernando incitou-me a descobrir — e o agradeço para sempre — que esta pátria é minha, que aqueles que decidimos escolher uma nova pátria não somos "apátridas", mas antes lançamos mão de um direito humano inalienável: escolher o lugar no qual queremos viver.

A segunda recordação: uma vez, num seminário público aqui na Venezuela, Fernando disse que não era tão fácil opor-se a que John Maynard Keynes tivera razão, porque, afinal, havia sido um "Lord" inglês, o que não era pouco. Eu tomo a liberdade de dizer ao Presidente, ao sociólogo, ao Doutor "Honoris Causa" de minha "Alma Mater", ao companheiro, ao amigo, aquilo que Max Weber (não um "Lord", mas distinguido como se o fosse) disse em seu ensaio sobre "A Política como Vocação",

ou seja, "que três características são primordialmente decisivas para o político: paixão, sentido de responsabilidade, capacidade de medir". E o mesmo Weber, em seu ensaio sobre "A vocação interior para a Ciência", recorda a magnífica metáfora que inicia o sétimo livro da *Politéia* de Platão: "Aqueles homens presos na caverna, cujas faces estão dirigidas para o muro de rochas à frente; atrás deles está a fonte de luz que não podem ver. Ocupam-se por isso apenas com as imagens da sombra que a fonte projeta sobre a parede e tentam decifrar sua relação. Até que um deles consegue romper as correntes, dá a volta e vê: o sol. Cego, anda erráticamente e balbucia sobre o que vê. Os outros dizem que está louco. Mas paulatinamente ele aprende a ver na direção da luz, e então é sua tarefa descer aos homens da caverna e levá-los até a luz".

Parece-me que, à luz desta citação (e da anterior), a vocação do cientista e a do político não estão tão afastadas uma da outra como pretendia Max Weber. Talvez se trate de juntar a paixão com o desejo de levar o povo à luz. Por isso, celebramos no dia de hoje a Fernando Henrique Cardoso, o eminente sociólogo e o Presidente de um dos maiores países do mundo.

Esteja com ele nosso desejo de que o reconhecimento que o faz neste momento uma das Universidades mais renomadas e dignas de nossas Américas o ajude, em união com Ruth, a marcar novos passos na construção quotidiana de caminhos inovadores da política e do desenvolvimento integral, para o futuro de nossos povos.

A Nova Agenda Sociológica da América Latina^(*)

Fernando Henrique Cardoso

É com emoção e, por que não dizer, com sentimento de orgulho — e ao mesmo tempo de humildade — que recebo o título de Doutor “Honoris Causa” da Universidade Central da Venezuela.

Em sua apresentação, o Professor Heinz Sonntag insistiu em que este ato de outorga a mim do título de Doutor “Honoris Causa” tinha uma motivação acadêmica e não política, pelo fato de um Sociólogo ser hoje Presidente da República Federativa do Brasil. É assim, fazendo prevalecer o sentido e os valores mais puros da vida acadêmica, que uma instituição de ensino se afirma e se mantém.

Quero dizer-lhes que, se fizemos algo em termos da busca do universal na América Latina, nas últimas décadas, foi porque fomos capazes de construir aquilo que é básico na vida universitária: um espírito de comunidade, de estar juntos, apesar da distância.

Foi uma característica do nosso Continente, e não só do nosso, o fato de que pensadores de determinado país pudessem influenciar pessoas de outros países. É certo também, e aqui me refiro ao Brasil, que alguns dos mais significativos cientistas sociais, ou proto-cientistas so-

(*) Discurso proferido na cerimônia de outorga do título de Doutor “Honoris Causa”, pela Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, da Universidade Central da Venezuela, em 6 de julho de 1995.

ciais, tentaram partir de uma visão um pouco mais ampla do que a meramente nacional. Joaquim Nabuco foi um desses grandes políticos e intelectuais brasileiros; Andrés Bello é um nome com ressonância no Chile; Facundo tem uma obra que marcou gerações. E como esses que mencionei há muitos outros.

Mas agora trata-se de algo distinto: o diálogo que vimos travando nos últimos quarenta anos tem sido permanente e vivo entre pessoas que, muitas vezes, nem se conheciam diretamente. Mas também havia muitos que se conheciam, que buscavam na relação direta a motivação para seguir adiante em suas elaborações intelectuais. Isso é algo que se deve destacar: que há um pensamento original nas ciências sociais latino-americanas e que esse pensamento cresceu num âmbito maior que o de uma única Universidade, de um único país, e que se manteve o espírito da comunidade, apesar da distância.

Foram décadas de convivência, à distância, muitas vezes, de dezenas, talvez centenas de pessoas que, em conjunto, elaboramos uma visão, ou talvez muitas visões, mas sempre em torno do mesmo tema: o que significa "ser" americano; o que significa o desenvolvimento, a dependência, o autoritarismo, a possibilidade de ultrapassar as dificuldades, as novas dimensões do desenvolvimento. Sem dúvida, o diálogo não esteve confinado às Universidades do nosso continente. Sempre tivemos pontos de referência na Europa e nos Estados Unidos. Sempre rendemos homenagem aos grandes precursores, aos grandes fundadores das ciências sociais. Weber, por exemplo, sempre foi um ponto de referência; assim como Marx, Tocqueville, e tantos outros. Do mesmo modo, não podemos nos esquecer de todos aqueles que pensaram outras realidades na América do Norte, na Alemanha, e em outros países: Habermas, para citar alguém mais atual, Talcott Parsons, Merton, tantos outros anglo-saxões das ciências sociais.

Tomamos esses nomes como referência, mas jamais nos deixamos absorver por um espírito de imitação. Heinz Sonntag mencionou o título de um trabalho que escrevi há muitos anos, quando era professor da Cátedra Simón Bolívar, na Universidade de Cambridge, intitulado *A Originalidade da Cópia*. Nesse artigo, eu afirmava que em muitas de nossas reflexões, inclusive a teoria centro-periferia que foi o eixo central do pensamento dos anos 50, se percebiam pontos de contato com aquilo

que já tinha sido dito por outros. Mas a cópia era original: acrescentava, não apenas interpretava. Não repetia, mas acrescentava e, ao acrescentar, transformava.

Quero voltar a um tema que esbocei em palestras recentes na CEPAL e no Centro de Estudos Estratégicos Internacionais de Washington: o da avaliação, em perspectiva histórica, do pensamento latino-americano sobre a economia e a sociedade nos últimos quarenta anos. Não pretendo fazer um exercício nostálgico mas buscar no capital de conhecimentos que acumulamos, como intelectuais, elementos para enfrentar os desafios contemporâneos do nosso continente. Não são pequenos. Estimula-me o fato de encontrar muitos dos meus amigos acadêmicos não mais nos bancos e nas cátedras das universidades mas em postos de governo ou no Parlamento. Talvez possamos examinar, com olhos diferentes, o que pensamos e, daí, tirar lições para o presente.

De um forma esquemática, penso que, nos últimos anos, o pensamento latino-americano teve três fases bem marcadas: a da elaboração e afirmação (anos 50 e 60), da crise e crítica (anos 70 e 80), e da renovação (anos 90).

Vou procurar elaborar sobre o tema sem o compromisso — peço-me os colegas — da precisão acadêmica. São referências preliminares, tomadas mais de memória de quem viveu os problemas e dilemas da reflexão sociológica em nossas Universidades e centros de estudo do que uma volta meditada, com o aparato necessário da distância e da crítica, ao pensamento latino-americano.

Minha primeira observação é a de que devemos nos orgulhar da produção em ciências sociais na América Latina dos anos cinquenta. Explicarei porque. Para isto, não vou recordar os seus conteúdos principais, bem conhecidos, a origem na CEPAL, no vigor do pensamento de Prebisch e Echevarria, a teoria centro-periferia, as idéias de substituição de importações, a incorporação dos temas sociais, as idéias sobre integração e tantos outros. Posso referir-me também a um brasileiro, Celso Furtado, a um chileno que teve enorme influência aqui na Venezuela, Jorge Almada. Mas não tenciono alongar-me com listas de nomes de nossos mestres. Pretendo, sim, sublinhar outros aspectos, também conhe-

cidos mas que, nos dias de hoje, aparecem com mais clareza e mais força, como verdadeiras lições permanentes.

Em primeiro lugar, o *cuidado científico*. E foi justamente o respeito às bases científicas que deu vigor e credibilidade à reflexão sociológica e econômica. Talvez tenhamos sido a primeira geração de cientistas sociais, na expressão forte do termo, na América Latina. Não quero desmerecer nem esquecer a reflexão anterior, que alcançou momentos notáveis. Tivemos antecessores eminentes. Porém, o que conseguimos foi formar uma escola de pensamento. Elaborar juntos, com referências permanentes ao que se produzia, aproveitando e incorporando pesquisas e conhecimento. Neste sentido, a referência teórica, de Ricardo, Tocqueville, Marx, Weber, Schumpeter, dos fundadores, foi essencial. Voltamos às origens para dar consistência e, sobretudo, originalidade à nossa reflexão.

Exatamente por isto, pudemos construir um *pensamento crítico*, indo além do impressionismo sociológico, indo além de versões estereotipadas da realidade. Compreendemos que não era suficiente transpor as visões e interpretações de realidades outras, européias sobretudo, para a vida latino-americana. O respeito às *teorias fundadoras*, que traziam os quadros metodológicos necessários, permitiram que a sua transposição para o nosso mundo não se fizesse de forma automática e simplista. A revisão que Prebisch faz da teoria das vantagens comparativas, entendendo que era fundamental distinguir econômica e sociologicamente os países que, de forma diferenciada, se inseriam no mundo do comércio internacional, é talvez um dos exemplos mais brilhantes e acabados desse processo. A teoria não nos afastou da realidade, mas nos introduziu a seus aspectos mais problemáticos. Não forçamos portas de interpretação, antes enriquecemos as interpretações com uma visão aberta do que era a América Latina. Se partimos da dinâmica de classes no capitalismo central, não deixamos de entender que, em nosso espaço social, havia diferenças, dadas, p.e., pela forma de relação entre as classes dominantes e o Estado, que exigiam meditação específica.

Um terceiro aspecto é o fato de que, em muitos de nossos trabalhos, soubemos mostrar a *interpenetração do pensamento econômico com as questões sociais*. Evitamos — e nisto, a teoria da dependência teve algum mérito — reduzir a explicação das questões sociais ao meramente econômico. Aceitamos que, entre a infra-estrutura e a super-estrutura, o jogo não

estava dado, as soluções deviam ser buscadas cuidadosamente em cada formação social, em cada quadro nacional. Os exercícios comparativos foram ricos.

Um outro tema central foi a *incorporação do internacional*, iniciada por Prebisch e que ganhou várias adições analíticas importantes. Sabíamos que o internacional modelava a nossa realidade, afetava diretamente a nossa vida econômica e social, e o importante era entender como. A teoria clássica do imperialismo sempre pareceu insuficiente para compreender a variedade e peculiaridade das situações latino-americanas. As soluções que tentamos, ora sublinhando a diversidade das formas de estrangimentos econômicos, ora apontando para as implicações sociais e políticas de modelos diversos de inserção no capitalismo, se não superaram os supostos leninistas, certamente mostraram que, na análise concreta, outros elementos e variáveis, além dos mecanismos de exploração, deveriam ser levados em conta.

Finalmente, sublinharia que a soma desses aspectos deu ao pensamento latino-americano inúmeras possibilidades no encontro com a realidade. Em primeiro lugar, houve, especialmente na CEPAL, a preocupação em que o pensamento servisse ao desenvolvimento, à modernização dos países latino-americanos. A inovação na teoria se justificaria na medida em que reunisse condições para moldar a realidade das práticas sociais. A multiplicação de políticas de Governo, inspiradas no pensamento desenvolvimentista, especialmente a de substituição de importações, é dado histórico. O pensamento dava corpo, direção e conteúdo modernos a um ator que historicamente tinha sido decisivo na definição dos rumos da vida dos países do continente: o Estado. A teoria justificou ações que promoveram processos de industrialização ao mesmo tempo em que examinava limites e condições desse processo. Em suma, o substrato é a perspectiva de transformação, suas possibilidades e limites.

Paralelamente, as próprias características gerais do pensamento (o sentido científico, a originalidade, a força crítica, etc.) levam a que se exprima de forma diversa. São muitas as suas vertentes e uma das riquezas do momento é justamente o debate entre elas. Se me permitem um exemplo pessoal, dificilmente a minha versão, com Faletto, da Teoria da Dependência, seria formulada se não tivéssemos, como pano-de-fundo, as

visões mais ortodoxamente marxistas da realidade latino-americana e as perspectivas mais nacionalistas, a maneira do ISEB, de nosso continente. Neste sentido, insisto, constituíamos, na diversidade, uma escola de pensamento, em que a regra é o debate interno e o respeito crítico às elaborações diferentes. Não nos faltou o direito à utopia. Para uns, a revolução e o socialismo; para outros, o Estado forte, capaz de mudar a própria natureza das relações sociais; para outros, o capitalismo racional. Mas, sempre a idéia de que podíamos ser melhores, mais justos socialmente, do que éramos.

Quando se lê o texto de algum teórico desse período, raramente se verifica uma preocupação com a dimensão social. São poucas as exceções e entre elas mencionaria a principal: Albert Hirshman. Não por casualidade, sempre que posso busco alguma inspiração não só em Weber, mas também em Hirshman, porque ele propõe uma saída para a contradição que Weber mencionava entre a vocação política e a vocação acadêmica. Quando Hirshman vai buscar em Kierkegaard uma citação para dizer que é preciso ter "a paixão pelo possível", pode parecer uma citação sem importância, mas na verdade, o que ele está querendo dizer é que a possibilidade, a vontade, na dimensão política, tem de ser uma descoberta com paixão e tem que levar em conta as estruturas, as possibilidades. Hirshman também acrescentou esta possibilidade política à análise econômica, mas o que foi próprio dos anos 50 e 60 na América Latina, no pensamento de tantas pessoas, foi precisamente que elas não se deixaram levar pelos aspectos puramente econômicos, pelas estruturas, mas se deram conta de que para mudar era preciso ter uma dimensão de vontade.

Essa vontade, nos idos de 50 e 60, era uma vontade que buscava o chão firme do Estado. Naquela época, não se dava importância ao que hoje se chama "sociedade civil". Não se consideravam muito os movimentos sociais, as forças de mudança que não estavam contidas na vontade organizada pelo Estado. Nos anos 50 e 60, salientávamos a força do econômico. Insinuava-se a necessidade de uma dimensão política, mas a dimensão política se resumia praticamente na organização do Estado, no planejamento, na capacidade de antecipar o que poderia ocorrer depois e de se orientar para objetivos concretos. Foi isso, nessa fase de elaboração e afirmação, o que realmente nos apaixonou.

A Nova Agenda Sociológica da América Latina

Os anos 50 e 60 são anos otimistas. Foi forte a criatividade intelectual na América Latina no período. As utopias variavam, o debate era intenso, mas poucos duvidavam de que o futuro seria melhor do que o passado. As duas décadas seguintes trabalham com outro diapasão. O ambiente político é o dos autoritarismos; o ambiente econômico, o da crise do modelo de crescimento. Multiplicam-se frustrações. O socialismo está bloqueado e a esperança da via eleitoral se frustra com a queda de Allende; o Estado, em que se depositavam expectativas de direção racional, se torna forte, mas com os contornos e as orientações erradas (na verdade, o autoritarismo disfarçava sua fraqueza real, viciado que estava pela falta de legitimidade); as perspectivas das vantagens da inserção capitalista encontram, na crise da dívida, um sinal de que envolvia riscos altos.

Assim, diferentemente do que aconteceu nos anos cinquenta, quando, embora reconhecêssemos as dificuldades de mudar, acreditávamos que as mudanças estariam ao alcance das mãos, e o problema era desvendar qual ator social seria o patrão de uma América Latina melhor e encontramos, nos anos 70, situações novas, que adicionavam obstáculos às nossas utopias.

Para ficar em uma caracterização geral, necessariamente simplista, diria que abandonamos as tentativas de teorias gerais ou, pelo menos, de médio alcance, e fomos obrigados a afiar o pensamento para uma atitude mais crítica no cotidiano — muitos de nós passamos a escrever em jornais, revistas de opinião — e que busca, sobretudo, deslindar os mecanismos internos de um Estado (que revelava potenciais insuspeitados em sua capacidade de tolher a crítica) e de uma economia que parecia obedecer a soluções de uma lógica perversa. O desenvolvimento ocorre mas com custos sociais altíssimos. A associação entre pensamento e política se dissolvia diante de uma realidade em que a marginalização de setores crescia, as questões de justiça social eram adiadas. Pode-se dizer que nos anos 70 e 80 os intelectuais redescobrem a democracia. Volta-se a ler Tocqueville. É a redescoberta da força da imprensa, da igreja, dos sindicatos.

Qual é a perspectiva de tratamento desses temas?

A perspectiva é a da compreensão da importância fundamental da democracia para o desenvolvimento de nossas sociedades. Não que a questão

tivesse sido esquecida no período anterior, mas, na verdade, estávamos interessados mais na dinâmica das classes do que na das instituições, como se, definida a organização social "ideal" decorreria, por gravidade, a melhor solução institucional. Os ideais de justiça e igualdade prevaleciam sobre os da liberdade. A supressão da democracia nos apontava, com clareza, a necessidade de olhar para o universo das garantias formais dos cidadãos, para os direitos humanos, para as liberdades. Outro ponto é o dos paradoxos da modernização e o tema da força política dos sindicatos, agora sustentados em indústrias modernas, que ganham novos contornos. O capitalismo autoritário não modernizava aspectos do aparelho produtivo, criava as bases para a sua superação.

Quais as conseqüências para a reflexão sociológica dessa perspectiva? Já vimos que, em muitas circunstâncias, o pensamento é forçado a abandonar a reflexão sobre a dimensão estrutural e voltar-se para a conjuntura, reagindo a questões de curto e médio prazos. Porém, não só isto. Penso que duas linhas temáticas prevalecem.

Em primeiro lugar, era necessário desvendar o interior do Estado e, neste sentido, os problemas institucionais aparecem mais claramente. Era fácil perceber a autonomia do Estado, até em exemplos na área da política externa (como um país "dependente" como o Brasil abriu, nos anos 70, várias frentes de conflito com os EUA, tanto na área comercial quanto na estratégica e política?). O difícil era conhecer os seus limites e a sua dinâmica. Neste sentido, o conhecimento "interno" dos Estados, das alianças que constitui, de como se influenciam as suas decisões, dos setores sociais com que forma linhas de aliança, o mecanismo dos anéis burocráticos, das formas de sustentação do autoritarismo e da democracia (como no caso da Venezuela) são temas correntes. Também será, em uma nova perspectiva, a questão militar. Neste sentido, a contribuição norte-americana — afinal, o pensamento latino-americano sempre soube se enriquecer com a contribuição estrangeira, seja a teórica seja a que analisou aspectos específicos de nossa realidade — foi decisiva para renovar a temática e a metodologia da pesquisa em ciência política no Brasil. Não é por acaso que a própria diferença entre sociologia e ciência política fica mais marcada nos anos 70, quando os problemas se tornam mais explicitamente políticos e quando retornam dos EUA muitos pesqui-

A Nova Agenda Sociológica da América Latina

sadores; nós, que nos formamos antes, éramos, na maioria, devotos da sociologia européia.

Em suma, o tema da construção democrática abre simultaneamente o campo da reflexão sociológica e o da ação política dos intelectuais. Queríamos saber quais eram as origens do autoritarismo, as condições para que se mantivesse e onde seria vulnerável. Queríamos, politicamente, explorar as suas fragilidades. Discutíamos suas raízes culturais e seus apoios de classe. Para alguns, o autoritarismo era mais que um fenômeno político e parecia o destino necessário de uma América Latina para a qual a História, corporativista e patrimonial, havia negado a experiência da liberdade.

Em segundo lugar, surgem, mais no campo da economia, preocupações localizadas e estruturais, com os efeitos da política econômica autoritária. Os temas conjunturais não estavam explícitos nos anos 50. No marco de um argumento de corte estrutural, preferíamos analisar modelos de organização econômica em suas interações com modelos sociais e políticos. Agora, trata-se de descer ao concreto, estudar implicações de "policies", de orientações escolhidas pelos Governos. Para referir de novo às contribuições de um "brazilianist", lembro as análises pioneiras de Fishlow sobre padrões de distribuição de renda.

Essas análises, que somam questões parciais, vão desembocar, mais adiante, já no fim dos anos 80, na compreensão do esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações. Penso que a crítica ao modelo se fez por etapas. Inicialmente, como acabo de apontar, levantam-se as deficiências do modelo como indutor de justiça social; em seguida, quando se abre a crise da dívida, fica clara a falta de condições para que promovesse um processo sustentável de auto-financiamento (e do momento em que se esgota a capacidade de poupança externa e a capacidade fiscal do Estado se enfraquece, não havia simplesmente poupança privada que levasse adiante o crescimento); o peso da máquina estatal, em que se multiplicam atividades empresariais e regulamentadoras, se mostra ineficiente e incapaz de acompanhar as mudanças no mundo e no Brasil; o controle das variáveis macroeconômicas se perde com a inflação, em alguns casos, hiperinflação dos anos 80; finalmente, percebe-se, sobretudo quando se compara, já no final dos oitenta, com as

experiências asiáticas, que o modelo simplesmente enfraquecera a competitividade da economia como um todo.

Faço um parêntese para dizer algo que se sabe mas que, ultimamente, anda esquecido. O modelo de desenvolvimento pela via da substituição das importações teve inegáveis efeitos positivos, sobretudo na criação de alicerces para o desenvolvimento futuro dos países latino-americanos. O fato de que hoje reconheçamos que se esgotou não deve excluir a compreensão de que desempenhou um papel importante. Sabemos que as exigências para lançar um desenvolvimento moderno, de base industrial, impunham que o Estado assumisse, em medida relevante, a função de empresário, suprimindo lacunas que correspondiam ao estágio de desenvolvimento das sociedades latino-americanas daquele momento. As idéias não são absolutas, expressam sempre conteúdos históricos.

Para concluir, existe, já neste período, a diminuição da importância das querelas ideológicas clássicas na sustentação das bases de valor do pensamento sociológico. Por uma razão simples: por imposição da luta política, centrada no esforço pela democratização, adversários da véspera se tornaram aliados e é evidente que isto traz conseqüências no plano da reflexão. De uma certa maneira, antecipamos na luta pela democratização efeitos de "desideologização" do pensamento que ficaram claros com a queda do Muro de Berlim. A preocupação com a conjuntura e a necessidade de focos críticos mais limitados são outros fatores que nos afastam das utopias maiores e nos induzem a buscar as possíveis. Não queríamos mais transformar radicalmente as sociedades mas sabíamos que, sem transformações e em primeiro lugar no sistema político, não haveria condições de vida digna para nossos povos. A crítica ao autoritarismo não foi só política. Nunca nos iludimos sobre o fato de que a democracia seria simplesmente um primeiro passo de uma longa caminhada. Sabíamos que o autoritarismo não era simplesmente opção de um grupo, mas estava incrustado historicamente, tinha raízes sociais profundas e, talvez por isto, saímos da experiência autoritária mais conscientes do que era necessário para transformar efetivamente as sociedades latino-americanas.

Faria, agora, um curto balanço do que apresentei, acentuando que, em essência, ao longo destas quatro décadas, a América Latina construiu bases sólidas para "se pensar" e "se pensar" no mundo. Mais especifica-

mente, nos anos 50 e 60, desenhamos a metodologia que nos permitiu compreender as relações estruturais que interpretavam as implicações de determinados modos de inserção no sistema capitalista. Criamos a sensibilidade para a mudança como rotina que marca o capitalismo contemporâneo. Nos anos de crise, voltamos para as instituições e para a análise crítica da conjuntura. A reflexão completa um primeiro círculo, das bases estruturais desce ao universo das especificidades e das diferenças.

Agora, iniciamos um outro, em que as exigências de compreender relações estruturais novas se somam à necessidade de interpretar realidades políticas novas e, sobretudo, uma sociedade igualmente nova. A agenda é ampla, desafiadora. Mas acredito que tenhamos o suporte da história de um pensamento rico e, portanto, capaz de entender o que somos e o que podemos ser.

Não serei extenso na descrição da agenda sociológica, neste momento em que, para mim, o desafio é menos o de pensar o Brasil e a América Latina do que o de vencer o duro cotidiano de um governante de um país em desenvolvimento, ainda marcado por inúmeras desigualdades e injustiças. Vou me permitir voltar à minha condição de professor e propor indagações sem me obrigar a responder, como devem fazer os governantes.

De qualquer maneira, aponto para algumas questões centrais:

a) *O que significa desenvolvimento hoje?* Sabemos que o conceito se ampliou, que envolve questões ecológicas, de justiça social, de direitos das minorias e, ao mesmo tempo, supõe estabilidade macroeconômica e previsibilidade de regras. O problema é conhecer a relação interna entre os diversos aspectos, de tal forma que o processo de crescimento seja efetivamente modelado pelos valores que queremos universais e tenha continuidade. O peso da ciência e da tecnologia, dos aspectos intelectuais, é outro dado decisivo e levanta problemas difíceis sobre como "sair do atraso". Nas origens contemporâneas do pensamento latino-americano, havia claramente uma relação entre as propostas teóricas e as propostas de "policies", entre reflexão e ação. Hoje, essa relação é mais intrincada mas não pode ser perdida.

b) *Como se dá a inserção da América Latina no mundo?* Na visão da teoria da dependência, aprendemos que o internacional modelava "por dentro" as sociedades latino-americanas. Hoje, o processo continua, em-

bora, com a globalização, os efeitos possam ser muito mais contundentes. Pensávamos, nos anos 60, nos efeitos estruturais da inserção que, hoje, se tornaram mais complexos e aos quais se acrescentou a possibilidade de efeitos conjunturais de extraordinário impacto. É a idéia da "onipresença de fluxos" (estudada por Manuel Castells), não apenas econômicos ou financeiros, mas de ampla abrangência, envolvendo modos de comportamento e movimentos de cultura e informação. O levantamento desses dois processos — estruturais e conjunturais — e suas interconexões devem ser revistos e com muito cuidado, porque é essencial para definir as formas ideais de reação das sociedades ao sistema internacional, essencialmente as melhores maneiras de aproveitar a inescapável globalização.

Ainda sobre conseqüências da globalização, gostaria de chamar atenção, em primeiro lugar, para a necessidade de uma reflexão sobre o processo internacional, especialmente sobre algo que nós, cientistas sociais, não atentávamos com a devida importância nos anos 60: os temas da política externa. Víamos a política externa como uma ação reflexa dos modos de inserção no sistema capitalista, de tal modo que não merecia teorização própria. Não por ter sido eu Chanceler, mas o fato é que as opções de política externa devem ser analisadas em sua dinâmica própria. Há fatores de natureza histórica, estratégica, cultural e tantos outros que afetam diretamente a relação de Estado a Estado e que nos permitem entender opções diplomáticas que se tornam crescentemente relevantes para a análise da modernização de nossas sociedades.

Outro tema que não fazia parte do nosso repertório tradicional — simplesmente não estava na agenda — é o do narcotráfico, da "narcoeconomia". É evidentemente um fenômeno global e de extrema gravidade. Mas ainda estamos longe não só de conhecê-lo em suas manifestações e em sua dinâmica (mesmo o seu alcance é ainda ignorado) como não sabemos o que significa socialmente. É uma doença social? A que se relaciona? À transformação de valores, à exacerbação individualista, à fuga? É uma questão central para que compreendamos não somente o lado criminal do problema, mas o seu verdadeiro significado social. No fundo, é um dado indispensável para conhecer as sociedades modernas.

c) *De que forma definir o papel do Estado?* A crítica liberal ao Estado latino-americano tem o defeito de buscar em padrões ideológicos o que é necessário fazer com o metro da realidade. De uma certa maneira, para

enfrentar as forças da globalização é necessário fortalecer o Estado, que deve criar os *mecanismos de sensibilidade* para a mudança que talvez não tivesse antes. A ação do Estado para conduzir políticas de estabilização, hoje praticamente um valor para as sociedades, pode ser abalada por movimentos externos e exige reflexão cuidadosa. De outro lado, as funções clássicas do Estado se renovam. Não existe legitimidade para os governos se não houver, para os nossos povos, a compreensão de que podem atingir condições de segurança, de justiça adequada, de saúde, de habitação, de educação, de seguridade social em horizonte visível. A pergunta que se coloca, então, para os pesquisadores é a de que maneira um Estado pobre, enfraquecido por déficits fiscais que minam a sua capacidade de agir, reconstruirá condições de atuação efetiva? Como realizar os ideais de igualdade que ainda são o pilar necessário de pensamento que quer realmente a melhoria da condição humana?

d) *Como governar democracias?* Nossos países se renovaram. Deixaram de ser sociedades simples, em que era possível reduzir as explicações de sua dinâmica a um jogo de poucas classes. Aliás, repensar o problema das classes na América Latina, marcando as diferenças entre as sociedades nacionais, é o primeiro passo. A globalização, como aliás já mostrava a dependência em um sistema capitalista mais simples, traz implicações dialéticas, uniformiza e diferencia simultaneamente. De outro lado, o peso dos interesses singulares, expresso pelas ONGs, e o papel crescente do "mass media" e de outros meios de comunicações eletrônicos alteram o metabolismo social, questionam as formas clássicas de representação. A democracia se torna mais viva, multiplicam-se as exigências de resposta dos Governos. Qual é a teoria para países, ainda fortemente desiguais, mas que são marcados por comportamentos típicos das democracias de massas? Qual o significado de esquerda e direita no mundo de hoje?

Poderia ir adiante nas minhas indagações. Mencionar, p.e., algumas questões internacionais, entre as quais avulta a da integração, que significa a retomada da América Latina como um espaço de cooperação, de forma não-retórica, efetiva e inovadora. Que rumos tomar daqui para a frente? Como completar o trabalho de integração, como irão conviver o MERCOSUL e o NAFTA? Como superar as antigas dicotomias, como a que opunha inflação à recessão, mercado interno ao externo, Estado ao setor privado, crescimento à distribuição de renda? Como alcançar esta-

bilidade e transformá-la em base para o crescimento sustentável? Como evitar o modelo concentrador de renda e realizar políticas públicas compensatórias? É fundamental uma reflexão sociológica sobre o aparelho judiciário, outro tema esquecido pela ciência social e tão decisivo para o cotidiano dos cidadãos.

Mas, ficarei por aqui. Todas as indagações que fiz apontam para a necessidade de refletir sobre processos de mudança. Nisso, o pensamento latino-americano não se altera desde os primeiros dias de seu lançamento por Prebisch. Como pensadores, quisemos aprender a mudar uma realidade que víamos como injusta. Agora, trataremos de fazer a mudança, orientados pelas utopias possíveis.

Gostaria de estender-me mais nessas digressões semi-acadêmicas, mas, infelizmente, não há tempo para isto, pois outros deveres nesta visita de Estado à Venezuela me aguardam. Queria reiterar meus agradecimentos à Universidade Central da Venezuela que me outorgou o título de Doutor "Honoris Causa". Registro, também, o meu agradecimento pessoal a Heinz Sonntag, que é um homem do mundo, um intelectual que chegou ao ponto máximo da liberdade: escolheu sua Pátria. Ao homem que durante todo esse tempo, tendo chegado de fora, em 1968, vindo da Alemanha. Sonntag escreveu sobre tudo o que eu mencionei aqui. Nem sempre estivemos de acordo, mas fomos capazes de discutir, de brigar intelectualmente. Guardamos sempre, porém, o que é fundamental na vida acadêmica: a orientação permanente em direção aos valores universais, o sentido de que sem a crítica intelectual séria, sem a crença em certos pontos de referência não se adquire conhecimento e uma permanente disposição para a participação.

Esta Universidade ajudou a Venezuela a mudar. Heinz Sonntag ajudou-nos a mudar. E eu faço o que posso para mudar, um pouco que seja, o Brasil. Muito obrigado.

O Presidente Sociólogo^(*)

Boaventura de Souza Santos

Fernando Henrique Cardoso vai em breve pedir ao Magnífico Reitor a imposição da láurea doutoral em sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Apresenta-o e afiança-o no seu pedido Mário Soares, Presidente da República Portuguesa.

Sendo uma cerimônia que segue um ritual de séculos, é uma cerimônia única e eu considero-me privilegiado por ter nela um papel ativo. Única, antes de mais, porque não me lembro de, em época recente, o grau de Doutor "Honoris Causa" ser atribuído a alguém que a ele tem pleno direito na dupla qualidade de personalidade política e de personalidade científica.

Sabemos que não é hoje pacífica na nossa Universidade a concessão dos chamados doutoramentos políticos. Segundo alguns, a "Honoris Causa" do doutoramento deve ser sempre científica e só as vicissitudes históricas de submissão da Universidade ao poder político fazem com que haja doutoramentos políticos. Podemos mesmo dizer que esta posição terá sido fortalecida, na atual conjuntura que atravessamos, das relações entre o Estado e a Universidade. Muitos dos professores aqui presentes, entre os quais orgulhosamente me incluo, estão saindo de uma greve, em luta pela dignificação do ensino superior, contra um governo politicamente

(*) Discurso de saudação ao Professor Fernando Henrique Cardoso por ocasião da outorga do título de Doutor "Honoris Causa", pela Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra. Portugal, 21 de julho de 1995.

miope que, num país de analfabetos funcionais, transformou a hostilidade à universidade em política orçamental e eleitoral.

A propósito, teria de dizer, daqui, aos colegas brasileiros e aos seus reitores que, embora pese a eventual justeza de algumas de suas preocupações recentes, manifestadas por eles e pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a política universitária do Governo brasileiro e a autonomia das universidades não têm comparação possível com a mesquinhez política com que temos de conviver aqui, dia a dia. É caso de vos pedir que nos devolvam pelo mesmo correio, do Chico Buarque, e com a mesma urgência, um cheirinho de alecrim. Ou, quiçá, o correio terá sido agora outro, o do Fernando Henrique Cardoso. É que sinto respirar-se nesta sala um forte cheirinho de alecrim.

A mensagem política deste doutoramento é, pois, científica. E é por isso que esta cerimônia é única. Mas ela é única ainda por outra razão. Os doutoramentos "Honoris Causa" são muitas vezes decisões de conjuntura, determinadas por oportunidades ou voluntarismos de momento. Não é este, de modo nenhum, o caso presente. Este doutoramento está planejado desde há, precisamente, cinco anos, quando, em julho de 1990, a Faculdade de Economia, através do Centro de Estudos Sociais, organizou o primeiro Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Sem menosprezo para ninguém, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes foram, nesse Congresso, o par mais insigne de sociólogos. Na impossibilidade prática de conferirmos aos dois o doutoramento "Honoris Causa", conferimo-lo a Florestan, por todos considerado o fundador da sociologia científica brasileira e mestre de Fernando Henrique, antes de ser seu colega, e a quem este aliás dedicou a sua tese de doutoramento, "com reconhecimento e amizade, pela influência construtiva que exerce no desenvolvimento da sociologia do Brasil". Ficou, no entanto, decidido por unanimidade e com entusiasmo que, na primeira oportunidade, esse grau seria igualmente conferido a Fernando Henrique Cardoso. Aqui estamos hoje, num mundo que entretanto deu tantas voltas e nos deu tantas voltas, a honrar, com entusiasmo intocado, a decisão de há cinco anos.

E porque a razão tem simetrias que a razão desconhece, Fernando Henrique não poderia ter melhor representante que Mário Soares. Mário Soares é hoje, mais do que nunca e mais do que nenhum outro Presidente da nossa história contemporânea, o Presidente de todos os portugueses.

Um feito notável numa sociedade de tanta heterogeneidade estrutural, pasmada de mudanças que não mudam e antes parecem ficar à porta das transformações necessárias, excitada com progressos que não progridem senão pelo rio cada vez mais caudaloso que divide o país entre ricos e pobres, corruptos e honestos, prenhe de vitalidade que definha à porta das fábricas a falir e da agricultura enterrada em sua própria terra; uma sociedade, finalmente, que sonhou com o exaltante banquete da integração europeia e que parece ter de contentar-se com o piquenique rasca da integração ibérica, nas margens eucaliptadas de rios com águas empres-tadas por usuários.

Como é possível, pois, que numa sociedade em tempo tão destemperado, Mário Soares seja hoje o incontestado Presidente de todos os portugueses? Em meu entender, porque o Presidente Mário Soares ensinou o político Mário Soares a transformar-se no sociólogo Mário Soares. De fato, quem lê os últimos livros de Mário Soares e, nomeadamente, o prefácio do último livro, colhe a impressão distinta que esta década ensinou muito a Mário Soares sobre as realidades sociológicas do país a que ele tem presidido, ensinou-o a ver o país de baixo para cima, do sofrimento de muitos para a opulência de poucos, dos vícios privados para as virtudes públicas, do silêncio da exclusão social para os discursos oficiais da convergência nominal com a Europa, da sonegação prática dos direitos para os tambores teóricos da Constituição, do Estado que é privatizado pelo clientelismo para o Estado que privatiza. É esta a visão própria da sociologia que Mário Soares aprendeu nestes anos. Como se à força de questionar cada vez mais profundamente o seu desempenho e o do sistema político a que preside, encontrasse, de repente, a cara lavada de um país aflito mas digno a lutar em tempos difíceis pela sua auto-estima.

E se esta é a visão própria da sociologia, que melhor mestre dela que Fernando Henrique Cardoso? E aqui reside a simetria. Se o Presidente Mário Soares ensinou o político Mário Soares a ser o sociólogo Mário Soares, em que medida é que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso ensinará o político Fernando Henrique Cardoso a ser o Presidente Fernando Henrique Cardoso?

Começemos pelo básico. Fernando Henrique Cardoso é um dos mais brilhantes e mais respeitados sociólogos do mundo; não apenas do Brasil ou da América Latina, mas do mundo. O fato de ter sido, entre 1982

e 1986, o presidente da Associação Internacional de Sociologia é apenas um dos testemunhos e nem sequer o mais eloquente disso mesmo. O mais eloquente é, obviamente, o reconhecimento universal da sua obra, as traduções dos seus livros em muitas línguas, o seu magistério nas universidades mais famosas, a influência maciça das suas teorias e dos seus conceitos, mesmo em camadas mais jovens de sociólogos que nem sequer tiveram contato direto com a sua obra.

Quais são as razões deste reconhecimento? Há uma razão que não pode ser objeto de análise porque é um privilégio dos deuses dá-la ou tirá-la: Fernando Henrique Cardoso é um homem excepcionalmente inteligente, de uma inteligência analítica e fulgurante a um tempo. Já que esta razão pertence aos deuses, ocupemo-nos das que são deste mundo. Distingo duas. Em primeiro lugar, Fernando Henrique Cardoso domina como poucos a tradição sociológica universal, e a partir desse domínio inova teórica e conceitualmente de modo a dar conta das especificidades da sociedade brasileira, especificidades que, entretanto, longe de se entenderem como solecismos idiossincráticos, decorrem do modo próprio e mutante como a sociedade brasileira se insere no sistema mundial. Esta postura científica afirma-se bem cedo, logo na sua tese de doutoramento, publicada em 1962, sobre o *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, resultado de uma investigação feita sob a orientação de Florestan Fernandes e em colaboração com outro importante sociólogo, também ele fundador do nosso Congresso Luso-Afro-Brasileiro, Octavio Ianni. Fernando Henrique Cardoso define, como seu problema teórico central, o de qualificar a sociedade brasileira, uma sociedade que, sendo capitalista e integrada no sistema mundial, não era uma sociedade de capitalismo moderno, do tipo existente nos países do Norte, mas que não o sendo, tão pouco era uma sociedade feudal. Daí, a caracterização do capitalismo mercantil escravista, servido pelos conceitos de patrimonialismo e de casta escrava.

Este acume teórico e analítico marca todo o seu trabalho científico posterior, particularmente o conjunto de obras escritas entre meados da década de sessenta e meados da década de setenta, que constituem o núcleo duro da obra de Fernando Henrique e em que distingo *O Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1964), *Dependência y Desarrollo en América Latina* (1969), de parceria com Enzo

Faletto, *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes: Ideologias do Empresariado Industrial Argentino e Brasileiro* (1971), *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios* (1972) e *Autoritarismo e Democratização* (1975). Trata-se de um conjunto notável em que Fernando Henrique estabelece uma matriz teórica e analítica adequada a compreender a situação histórica e as transformações profundas, dramáticas e até traumáticas por que passou a sociedade brasileira nesta década crucial, uma matriz suficientemente dúctil para analisar outras sociedades latino-americanas e até outras sociedades do chamado Terceiro Mundo noutros continentes.

A grosso modo, eis o perfil geral dessa matriz. Antes de mais, a teoria da dependência que, mais tarde, Fernando Henrique preferirá designar como análises concretas de situações de dependência. Contra as teorias então dominantes da modernização e das etapas do desenvolvimento, Fernando Henrique defende que o padrão de desenvolvimento das sociedades latino-americanas não é explicável dentro do marco nacional dessas sociedades e que os processos econômicos que nelas ocorrem, sobretudo os da industrialização, não são compreensíveis abstraindo da situação histórica e das condições sociais e políticas dessas sociedades. Criticando as idéias que aferravam estas sociedades ao destino do subdesenvolvimento e da periferia econômica, Fernando Henrique defende que o desenvolvimento é possível precisamente porque é capitalista, isto é, porque ocorre no seio do processo de expansão do sistema capitalista internacional e nas condições políticas em que este opera. Esse desenvolvimento é dependente, por um lado, porque decorre do próprio processo histórico de constituição de periferias no sistema capitalista mundial e, por outro lado, porque este sistema, enquanto sistema econômico e enquanto sistema político, cria condicionamentos externos decisivos ao processo de desenvolvimento. No entanto, e este é um aspecto crucial da teoria, estes fatores externos não atuam de fora, como algo estranho à sociedade dependente; pelo contrário, inscrevem-se estruturalmente no interior dessas sociedades, no modo como as classes sociais se articulam entre si e com o Estado e no tipo de organização econômica e política que prevalece nelas.

Em termos terra-a-terra, o fato de um país se industrializar e crescer muito economicamente não significa por isso que esteja quebrando os

laços de dependência em relação aos países centrais, hegemônicos. Bem pelo contrário, essa dependência aprofunda-se, tanto no tipo de modelo econômico que domina, como na distribuição da riqueza, nas políticas sociais, na organização do Estado ou mesmo no tipo de regime político adotado. E, por outro lado, os "interesses externos", longe de se reduzirem aos setores exportadores, radicam cada vez mais no setor da produção para o mercado interno e, conseqüentemente, alicerçam-se em alianças políticas que encontram apoio nas populações urbanas. Desta idéia central de desenvolvimento dependente, que Fernando Henrique Cardoso passará a designar, mais tarde, por desenvolvimento dependente-associado, brota uma plethora de conceitos e de dispositivos analíticos. Por exemplo, a idéia de que a burguesia industrial depende das benesses do Estado, mas não assume as suas responsabilidades públicas, ou seja, não tem um projeto político próprio de hegemonia nacional; pelo contrário, subordina todas as transformações internas, as políticas, inclusive, e as alianças de classe ao objetivo prioritário do desenvolvimento dependente e internacionalizado. O conceito verdadeiramente premonitório na época em que foi formulado da "internacionalização do mercado interno", para caracterizar a situação de controle crescente do sistema econômico das nações dependentes pelas grandes empresas multinacionais. O conceito de burguesia de Estado para caracterizar uma fração da burguesia cuja fonte de acumulação reside no setor empresarial do Estado e, em geral, na intervenção crescente do Estado na economia. O conceito de anéis burocráticos para definir os modos como as forças econômicas dominantes injetam os seus interesses nas agendas políticas da administração estatal, encarregadas de tomar decisões que os afetam, um conceito em que eu próprio me inspirei para desenvolver a distinção entre sociedade civil íntima e sociedade civil estranha.

Podia continuar por muito tempo esta enumeração mas penso que a já feita é bastante para avaliar o elevado quilate da obra de Fernando Henrique Cardoso, justificadora, só por si, do seu reconhecimento mundial. Mas, como disse acima, uma outra razão faz de penha a esse reconhecimento: o pendor crítico do seu pensamento, crítico de todos os dogmatismos, de todas as ortodoxias, de todas as idéias feitas, de todos os consensos produzidos pela indolência da vontade ou da razão, crítico enfim das suas próprias teorias, como, por exemplo, da teoria da dependência. Este domínio da reflexividade tem sido a fonte inesgotável do

O Presidente Sociólogo

caráter inovador da sua ação e do seu pensamento, da sua capacidade para ir à frente da realidade constituída, para captar tendências, para subscrever com entusiasmo idéias minoritárias que, mais tarde ou mais cedo, se transformam em patrimônio comum dos seus próprios opositores. Esta característica confere à postura científica e política de Fernando Henrique Cardoso uma utilidade tal que levou Francisco Weffort, outro grande cientista social brasileiro, hoje Ministro da Cultura do Governo de Fernando Henrique Cardoso, a defini-lo como o intelectual das identidades difíceis ou complexas, o intelectual da aceleração da história que, na vertigem da sua carreira de muitos cambiantes, é o testemunho vivo dos trinta anos mais rápidos da história contemporânea do Brasil.

Na obra e na vida de Fernando Henrique Cardoso são múltiplos os testemunhos desta postura. Começo pela obra e respigo ao acaso. Num notável esquiço de biografia intelectual que é a nota à 2ª edição da sua tese de doutoramento, de 1977, Fernando Henrique Cardoso dá-nos conta do entusiasmo com que partilhou a obsessão de Florestan Fernandes "de desenvolver uma sociologia que não fosse constatação positiva da ordem predominante", mas acrescenta, desde logo, a forma crítica como usou o método dialético, evitando o cientificismo marxista, dos determinismos, da falsa consciência e do desvio ideológico. E conclui: "Sei que tirando do espírito estas muletas da crença, muitos se desesperam ao vislumbrar que o mundo da ação contém um horizonte dentro do qual as opções e os erros são sempre possíveis e, portanto, que a ciência e a vida não diferem tão radicalmente uma da outra nesse aspecto".

Esta abertura à indeterminação da ação e à contingência histórica faz com que a busca do lugar das idéias, que Fernando Henrique contrapõe às idéias fora do lugar do seu colega Roberto Schwarz, seja uma busca quase desesperada porque, num mundo de mudança acelerada, as idéias não se limitam a mudar para acompanhar a mudança dos objetos de reflexão, mudam por via deles. Ou seja, porque as reflexões são também reflexos. Esta busca de identidade difícil e quase à beira do abismo está presente em Fernando Henrique Cardoso, por um lado, na reconstrução incessante da identidade da tradição crítica e de esquerda em que se formou e, por outro, no modo como, sobretudo a partir da década de setenta, procura combinar a análise sociológica com a intervenção política.

A tradição crítica é, em Fernando Henrique Cardoso, o acicate constante para questionar toda a rotina instituída, de esquerda ou de direita, sua ou alheia, e para o fazer em nome de uma mudança social cujas direções possíveis antevê e procura condicionar a favor dos seus ideais, mesmo que contra as suas idéias. Num livro marcante de meados da década de setenta, assume plenamente que as suas análises buscam "delinear as insuficiências das soluções autoritárias e vislumbrar onde e de que forma são possíveis alternativas democráticas e igualitárias". E acrescenta, com uma candura quase irônica: "este estilo de análise não é novo. É possível encontrar nas longínquas raízes lusitanas da nossa cultura, tradição e legitimidade para os esforços da síntese entre o analisar e o querer". Num texto de 1982, escrito em memória de Poulantzas, flagela todo o espectro político por ser incapaz de uma relação adequada com o Estado e por não saber constituir uma verdadeira e moderna politização da sociedade civil, capaz de servir de suporte social a uma transformação social e política progressista. Enquanto a direita e a velha esquerda não vêem senão o Estado que lhes garanta a sua reprodução social, os "puros" das oposições sindicais e das correntes esquerdistas não sabem ser senão contra-poderes, incapazes de politizar o Estado por dentro. As fraquezas de uma democracia construída nestas bases levam-no a terminar com uma advertência sobre o novo ciclo que se avizinha: "Barbas de molho, porque o capitalismo que aqui impera é o ianque da segunda metade do século XX. Dificilmente ele será parteiro de uma sociedade que floresceu na Europa até o fim da metade deste século".

Quatro anos depois, volta ao seu tema de sempre — os problemas da mudança social. Arrimado em Touraine e em Boudon, declara-se cada vez mais sensível aos caprichos da história, à variabilidade dos processos históricos. Insurge-se contra qualquer pretensão egocêntrica de ver no mundo ocidental o modelo único e proclama: "Ao invés de um resultado único, homogeneizador, universal, uma distribuição mais nuanceada e rica de alternativas históricas". Contra pessimismos metafísicos e em jeito de programa político, afirma que "especialmente os países do Terceiro Mundo continuam apostando no crescimento econômico, à condição de que o tema da igualdade — entre regiões e entre classes — tempere o ímpeto acumulativo". De fato, o valor da igualdade permanece intacto para Fernando Henrique Cardoso, o grande valor do século XIX que, segundo ele, pertence ao nosso século resolver. Por isso, conclui: "Para que as

O Presidente Sociólogo

mudanças ocorram com força não se precisa só de um dogma mas de uma utopia. A da nossa época, do fim do milênio, existe e é gritante: a luta para acabar com a pobreza".

Este programa vinha de longe, da síntese quase inata entre o analisar e o querer, acima referida, e em que se foi caldeando progressivamente o sociólogo político com o político sociólogo. Aliás, a primeira intervenção política notória foi-lhe imposta pela ditadura militar de 1964. Foi o exílio no Chile e noutros países e a luta pela liberdade e pela democracia que o levou a fundar em 1969 o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), anos mais tarde considerado o melhor centro de investigação sociológica do Brasil e talvez da América Latina, que o levou a peregrinar pelas melhores universidades européias e norte-americanas, dando início a uma carreira internacional brilhante, sem dúvida, o único contributo útil dos militares para a sociologia brasileira.

Com a transição democrática, a carreira política do Fernando Henrique Cardoso conheceu novos rumos. Em 1978, a primeira campanha para o Senado; em 1982, membro fundador do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; em 1983, Senador da República, reeleito em 1986; em 1988, fundador do Partido da Social Democracia Brasileira; de 1988 a 1992, líder do PSDB no Senado; de 1992 a 1994, membro do Governo Itamar Franco, primeiro, como Ministro das Relações Exteriores e, depois, Ministro da Fazenda. Enquanto ocupante desta pasta, gizou o Plano Real que constituiu uma das alavancas principais com que, em 3 de outubro último, culminou de forma brilhante, uma brilhante carreira política, ao ser eleito, logo no primeiro turno, Presidente da República Federativa do Brasil.

Com a investidura do sociólogo Fernando Henrique Cardoso no cargo de Presidente do país-irmão, a síntese entre o analisar e o querer atinge o ponto-limite da sua realização, mas estou certo de que, versado como é no método dialético, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso não poderá dispensar-se de perguntar se, dialeticamente, a realização-limite não trará consigo os limites da realização; e, nesse caso, se o máximo de consciência possível do sociólogo será bastante para evitar que tal aconteça. O discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de posse no Congresso Nacional começa, após os intróitos de praxe, com uma frase lapidar: "Sem arrogância mas com absoluta convicção, eu digo:

este país vai dar certo". O dispositivo retórico desta frase é brilhante. A negação inicial da arrogância é fundamental para permitir a afirmação subliminar da arrogância de quem declara ter uma convicção absoluta e a manifesta de forma sentencial e egocêntrica: "eu digo". Mas este egocentrismo explícito é meteórico e logo se esconde na descentração do que diz — "este país vai dar certo" — dito em vez daquilo que verdadeiramente quer dizer: eu vou dar certo!

Irá? Pese embora o caráter absoluto da convicção, estou certo de que esta pergunta é feita pelo próprio Fernando Henrique Cardoso. E é certamente por milhões e milhões de pessoas que, dentro e fora do Brasil, acompanham, vivem, celebram ou sofrem a apaixonante aventura do Presidente sociólogo. Neste momento, a pergunta é ela própria de retórica pois, em funções há meia dúzia de meses, é demasiado cedo para ser exigível ou sequer possível uma resposta. Mas é, contudo, uma pergunta válida, porque perguntar se Fernando Henrique Cardoso vai dar certo equivale a perguntar se o vasto e profundo conhecimento acumulado por ele sobre o Brasil no exercício do seu mister de sociólogo é suficientemente certo para, alimentado por uma convicção absoluta, devolver aos brasileiros a certeza da esperança. Isto significa que exatamente 482 anos depois, Fernando Henrique Cardoso se vingará de Maquiavel, lhe faz cheque-mate: o Príncipe Fernando Henrique Cardoso fica na contingência de ser aconselhado pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso a ser exímio na governação. Como se desenrolará tal contingência? Vai, de fato, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso ensinar o político Fernando Henrique Cardoso a ser um bom Presidente, fiel ao programa de mudança social democrático e progressista há muito traçado ou, pelo contrário, vai o político Fernando Henrique Cardoso, feito Presidente, lembrar ao sociólogo Fernando Henrique Cardoso que os tempos mudaram e que as idéias, sem ele dar conta, saíram, entretanto, do seu lugar?

Dentro e fora do Brasil, adeptos e adversários, amigos e inimigos de Fernando Henrique Cardoso interrogam-se hoje assim quando se perguntam sobre o futuro próximo do Brasil. E não surpreende que as preferências antecipadas de respostas vão em sentidos opostos. Uma personalidade fortíssima e uma inteligência acutilante e polêmica, como as de Fernando Henrique Cardoso, não podem deixar de suscitar senti-

mentos opostos e bem vincados. Albert Hirschman, em artigo significativamente intitulado "A social-democracia desloca-se para o sul", publicado em 31 de maio deste ano no diário *El País*, depois de salientar o papel crucial da estabilização da inflação, através do Plano Real, no êxito de Fernando Henrique Cardoso, define assim as três linhas fundamentais da sua governação para que dê certo e, com ela, o país: liberdade e democracia; desenvolvimento econômico com estabilidade monetária; justiça social, salientando que esta é a luta contra a fome, a pobreza e a violência que ela envolve, é, de todos, o maior desafio com que se defronta o sociólogo Presidente. Dois dias antes, em entrevista à Folha de São Paulo, outro iminente sociólogo, Alain Touraine, afirmava quase o mesmo: que "o Plano Real é um plano marcado pela sociologia" e que o Brasil de Fernando Henrique Cardoso "é a primeira afirmação clara de que não há outra solução além da associação de liberalismo econômico e intervenção social, a definição clássica da social-democracia".

Ao ouvir isto, que dirá o conselheiro-sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao príncipe-presidente Fernando Henrique Cardoso? Não o aconselhará a pôr as barbas de molho já que, como vimos acima, ele considera que o capitalismo que domina na América é o capitalismo ianque e não o capitalismo europeu, berço da social-democracia? Não lhe lembrará a teoria da dependência, que muitos pensam estar de volta, para o advertir de que o modelo liberal do capitalismo mundial, hoje em vigor, é incompatível com a idéia do Estado-Providência? Ou, pelo contrário, e, como sempre, na crista avançada das tendências, dir-lhe-á que este modelo começa já a entrar em crise e que daqui em diante novas alternativas históricas são possíveis? E porque não há de ser o Brasil o primeiro país a dar testemunho delas? E não será o programa "Comunidade Solidária" dirigido pela insigne antropóloga Ruth Cardoso, ela também fundadora, aqui em Coimbra, do Congresso Luso-Afro-Brasileiro, um primeiro passo na construção de uma nova alternativa? Ou, pelo contrário, estará o sociólogo Fernando Henrique Cardoso de acordo com Paul Singer, seu antigo colega no CEBRAP, que, em declarações à Folha de São Paulo de há dias, afirmava que o Presidente Fernando Henrique Cardoso "parece ter políticas para reformar o Estado mas não toca na estrutura social"?

Aconselhado por si e por tantos, este Presidente, e o país com ele, vai por força dar certo. Como poderia eu, sociólogo de um pequeno país

que parece estar dando errado, ousar juntar os meus conselhos aos conselhos de tantos, tão mais insígnies do que eu? Mas, por outro lado, como poderia eu ousar não o fazer? Primeiro conselho: barbas de molho, Presidente Fernando Henrique Cardoso, que o modelo social-democrático está em crise na própria Europa, povoada já de Terceiros Mundos interiores. Se não há alternativa política ao Estado-Providência, há então que o reinventar profundamente. Segundo conselho: escreveu há anos que "não tem sentido um Ocidente arrogante e um Oriente humilhado, ou um Norte pretensioso e um Sul cabisbaixo". E propunha a construção de um mundo "oriental". É verdade que o Oriente está hoje menos humilhado mas não o é menos que o Norte está cada vez mais arrogante e o Sul cada vez mais cabisbaixo. Não deixe, pois, o crédito da sua teoria da dependência por mãos alheias. É verdade que não é preciso ser burro para se ser de esquerda, mas não o é menos que é preciso ser de esquerda para saber que as idéias dominantes tendem a ser as idéias da classe dominante. Certo que a solução do Brasil não está apenas no Brasil, promova ativamente o diálogo Sul-Sul como pré-condição de um autêntico diálogo Norte-Sul. Use para isso o novo contexto do Gatt, o MERCOSUL, a Agenda 21, a luta por novos critérios de propriedade industrial, a reforma da ONU que se avizinha. O Brasil tem todas as condições para isso. É uma das maiores economias do mundo, dificilmente contornável. O governo tem à sua esquerda um partido aguerrido que, mesmo na difícil luta contra Fernando Henrique Cardoso, conseguiu os votos de um quarto da população brasileira. A presença e a força de um tal partido, que o México não teve, é fundamental para desencorajar a retaliação da especulação financeira contra o Real. Terceiro conselho: na liderança desse diálogo entre países periféricos e semiperiféricos, dê mais importância que a que tem dado até agora ao espaço da língua portuguesa. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso sabe que essa importância não se mede por somas de PIB ou por percentagens de comércio internacional e, antes reside numa ligação tricontinental única por onde terá de passar o diálogo entre os blocos regionais e onde se fará o teste decisivo, em relação à África, da reserva de solidariedade e de humanismo concreto que ainda resta num mundo atordoado pela competitividade sem limites. E não se esqueça de Timor Leste. Sabemos que existe a Indonésia e que o Brasil quer ser membro permanente do Conselho de Segurança, pretensão que todos apoiamos com entusiasmo; mas também sabemos que, em caso algum, o

O Presidente Sociólogo

Brasil fará de Judas, o qual, aliás, burro e imprevidente, mal imaginava que, ao vender Cristo, o fazia por um preço tão reles, de saldo.

Magnífico Reitor, estão diante de vós o candidato Fernando Henrique Cardoso e o seu apresentante, Mário Soares. Comungam ambos do ideal democrático da liberdade e da solidariedade, os mesmos que dão sentido último ao labor científico e cultural que levamos a cabo na nossa Faculdade e na nossa Universidade. Rogo, pois, Magnífico Reitor, a concessão de grau de Doutor em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Fernando Henrique Cardoso.

A Nova Esquerda^(*)

Fernando Henrique Cardoso

É com grande orgulho que recebo da Universidade de Coimbra o título de Doutor “Honoris Causa”.

Não preciso exaltar as tradições de um dos mais antigos centros de cultura da Europa. Não falarei da permanente capacidade de inovação, de pesquisa, de devoção ao saber, que se identificam com a história desta universidade. Também o fato de que Coimbra esteja tão fortemente ligada à história do Brasil, pois aqui estudaram as grandes lideranças que formaram as bases da nação brasileira, faz com que este momento adquira uma significação especial para mim.

Se me permitem uma referência pessoal, lembro que, na última vez que visitei Coimbra, em 1990, participei da homenagem que a Universidade prestava a Florestan Fernandes, a quem se outorgava também o doutorado “Honoris Causa”. Florestan foi um dos criadores da moderna sociologia brasileira. Fui seu aluno e depois seu colega na Universidade de São Paulo. Sua atitude exemplar de professor combina-se, em vários momentos, quando participa da vida política, com a devoção à luta pela igualdade, como se todo o seu saber só se justificasse na medida em que serve àqueles que nada ou pouco têm.

(*) Discurso proferido na cerimônia de outorga do título de Doutor “Honoris Causa”, pela Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra. Portugal, 21 de julho de 1995.

Deve quem recebe o título dar uma aula, o que faço com prazer. De uma certa maneira, minha vocação maior sempre foi a do magistério. Realizei-me ao compartilhar resultados de reflexão e pesquisa; ao buscar, junto com meus alunos, ganhar maior consciência sobre nosso tempo e nossas opções e projetos.

Quando iniciava a sua conferência sobre a política como vocação, Weber advertia que poderia decepcionar os seus ouvintes já que não falaria de questões políticas concretas, não tomaria posições. Hoje, meu cotidiano é tecido de opções políticas e, por isto, posso decepcionar os meus amigos de Coimbra pelas razões opostas a de Weber. Minha aula não deverá ter o mesmo rigor científico, nem o mesmo cuidado analítico que procurei imprimir a meus trabalhos sociológicos. Estará na confluência do trabalho intelectual e dos dilemas dos que são obrigados a decidir, e partirá do reconhecimento de que o tempo dos dois movimentos, o intelectual e o político, é diferente, obedece a motivações diferentes. Na academia, apresentamos os resultados de nossa pesquisa quando encontramos as respostas às nossas hipóteses, quando a reflexão amadurece e se fecha naturalmente, quando entrevemos a verdade, sempre provisória. Na vida política, o tempo é uma variável fundamental, mas não escolhemos o seu ritmo que, freqüentemente, impede que completemos, da forma desejada, o processo de reflexão. As disputas de interesses comandam, são sempre urgentes e simplesmente exigem que substituamos, muitas vezes, a reflexão pela sensibilidade, a razão pela intuição. A decisão deve ser alcançada muitas vezes em prazo que não agradaria, chocaria mesmo, a um professor. Não que se perca o ideal da reflexão - nem os seus frutos acumulados na longa trajetória na Academia - só que terá que ser exercido em outra chave.

Meu trabalho sociológico sempre procurou escapar das fórmulas deterministas. Talvez tenha feito, por isto mesmo, opções metodológicas sempre heterodoxas. De uma certa forma, este meu hábito de fugir às fórmulas rígidas, de aceitar a complexidade do real, tem me ajudado a enfrentar o problema central da política, qual seja, o de evitar os constrangimentos óbvios da realidade. É preciso admitir, sempre, que existem caminhos de transformação, alguns inesperados, para as situações sociais mais difíceis. Poderia dar exemplo do Plano Real, em que muitos diziam que, por melhor que fosse a articulação teórica do Plano, as condições

A Nova Esquerda

políticas não iriam permitir a sua implementação. E, justamente, o bom manejo da variável tempo, expressa na disposição de negociar e, sobretudo, a compreensão — mais empírica do que científica, certamente — de que a estabilidade se tornara um valor para a maioria dos brasileiros, permitiram que o Plano tivesse sucesso. Como tenho dito, a política não é a arte do possível e sim a de tornar possível o necessário.

Antes de passar ao tema de minha aula, gostaria de explicar-lhes porque o escolhi.

Sempre foram fortíssimas as relações culturais entre Brasil e Portugal, especialmente no campo da literatura, da história e do direito. As elites brasileira e portuguesa desenvolvem o mesmo gosto literário. Fernando Pessoa e Drummond, Sá Carneiro e João Cabral, Eça e Machado, Jorge Amado e Saramago, fazem parte necessária do imaginário de nossas sociedades. Há uma presença permanente de pesquisadores da história colonial brasileira nos arquivos portugueses, fontes inesgotáveis de revelação sobre o nosso passado comum. No campo das ciências sociais a aproximação tem sido menos intensa. De fato, até há pouco, parecia não existir um tema moderno de reflexão comum. Porém, ao tempo dos autoritarismos, aqui e no Brasil, a própria busca das "raízes" do fenômeno, muito especialmente de certas características da relação de um Estado, forte e organizador, com uma sociedade, frágil e sem autonomia, levou a que muitos fossem buscar em padrões corporativistas, nas tradições do modelo patrimonial de organização da sociedade, as origens da propensão autoritária. Em seguida, abre-se, com o "breakdown" do autoritarismo, para usar o título da conhecida coletânea de Juan Linz, um outro campo de reflexão comum, que é o da reconstrução democrática.

É evidente que as diferenças entre Brasil e Portugal são marcantes e eu mesmo muitas vezes expressei uma certa inveja do processo de redemocratização portuguesa, já que estava fortemente amparado pelo ambiente europeu, onde a força das instituições democráticas criava um ambiente mais favorável à consolidação do regime que se inaugurou em 1975. Poderia somar outras diferenças, algumas decisivas para a definição, por exemplo, do papel dos militares no processo, como o fato de Portugal estar saindo de uma guerra colonial. A diferença leva a soluções de ruptura institucional em Portugal enquanto, no Brasil, a transição é mais gradual.

E, agora, chego ao tema de minha palestra, que é justamente o de como construir uma democracia moderna numa sociedade de massas. Que orientações ideológicas modelam as nossas opções neste momento do pós-Guerra Fria?

De novo, apesar de reconhecer as diferenças entre as duas nações, sei que compartilhamos problemas. Embora não tenha havido a homogeneização, social e política, que os pensadores do século XIX — e mesmo alguns de nossos dias — imaginaram ocorrer quando se instalasse a produção industrial, alguns temas básicos do processo político, sim, parecem comuns às sociedades modernas. E um desses temas, retomado recentemente por Bobbio, em ensaio esclarecedor, é o de conhecer a permanência, mesmo esmaecida, das ideologias, da dicotomia esquerda-direita.

Falarei tendo como pano de fundo o Brasil, que é uma sociedade moderna, com características próprias. Marx dizia que, ao estudar a Inglaterra, o capitalismo mais avançado de seu tempo, antevia o futuro do sistema capitalista. Ora, neste sentido, o Brasil não é modelo. Ainda que os diagnósticos sobre a dualidade brasileira estejam ultrapassados, os desequilíbrios sociais fazem somar, no Brasil, problemas que nos tornam contemporâneos das sociedades mais avançadas e das mais atrasadas. Já disse que não somos um país sub-desenvolvido e sim um país injusto. Assim, à semelhança do que Marx preconizava, talvez as próprias assimetrias nos permitam ver mais claramente alguns problemas que são universais, sobretudo em um momento em que, nos países ricos, as questões de desemprego e de pobreza parecem estar na ordem do dia enquanto algumas nações, pobres até há pouco, parecem ter encontrado o caminho para o crescimento, apoiado em esquemas de melhor distribuição da riqueza.

De que servem as ideologias modernas — o liberalismo, o socialismo, a social-democracia, o nacionalismo — hoje? Sabemos que, historicamente, tiveram um peso na orientação dos atores políticos, dos grupos sociais. Indicaram caminhos para a decisão política e, mais do que isto, para a organização de atores sociais. Deram padrões de julgamento sobre o que faziam os "homens políticos". Criaram critérios de avaliar o que era progressista, o que melhorava a condição humana.

No plano das ideologias, a queda do Muro de Berlim leva a, pelo menos, duas atitudes significativas. De um lado, uma euforia, fácil e enganosa: a de que teríamos chegado ao fim da "era das ideologias", como se, em um passe de mágica, fosse criado um consenso universal sobre o que é melhor para as nações (o livro de Fukuyama teve sucesso porque espelha o nascimento desse sentimento). Os problemas não teriam mais que ver com idéias mas com práticas. De outro, a compreensão de que, apesar das crescentes convergências, estas não se transformam em unanimidades. Não preciso lembrar, como assinala Huntington, as diferenças civilizacionais, que ainda perduram, e podem levar a conflitos, mesmo internacionais. No âmbito do Ocidente, o universo da política segue como um universo de escolha, de dilemas e contradições; não existe um caminho exclusivo para o progresso.

Se se ampliam áreas de consenso, mesmo no âmbito das democracias ocidentais, os cursos sobre o sentido do progresso, agora de debate mais complexo e sutil, estão longe de morrer.

Como organizar esse debate? A derrocada do socialismo real traz problemas novos como o de saber até que ponto a matriz clássica, esquerda-direita, ajuda a entender os padrões de valores de nossos dias. Esquerda é progresso e direita é reação? Que esquerdas há? Que direitas há?

Podemos retomar os critérios de Bobbio e aceitar que a esquerda orienta-se por um sentimento igualitário, pela preocupação em criar igualdades, e a direita aceita a desigualdade como natural. Como o próprio Bobbio reconhece, são fórmulas que correspondem a vários conteúdos históricos e, por isto, socorro-me da sociologia para tentar preenchê-las.^(*) O que significam direita e esquerda no panorama intelectual latino-americano?

(*) Mesmo em termos puramente conceituais, a diferença entre esquerda e direita com base no critério da igualdade é complexa e dois trechos de Bobbio ajudam a entender o alcance que pretende dar à dicotomia: "... quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária" pág. 103. "O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis". pág. 105.

Uma primeira observação é a de que nós, intelectuais latino-americanos, em nossa imensa maioria, fomos naturalmente de esquerda. Em dois sentidos: os temas eram dados em boa parte pela matriz marxista (não por acaso meus primeiros trabalhos foram em torno da possibilidade de hegemonia burguesa no Brasil) e, quando nos manifestávamos politicamente, a crítica e a insatisfação predominavam. Queríamos transformações. A razão é simples: apesar de suas inúmeras variantes, diante da própria natureza das desigualdades sociais que ocorriam em nosso continente, é como se não houvesse alternativa a um comportamento de esquerda, à luta por atenuar desigualdades.

O pensamento de esquerda era organizado, desdobrava-se em escolas, vivia contradições internas. Em contrapartida, especialmente no Brasil, a direita talvez fosse mais prática do que ideológica. Seus intelectuais, sobretudo modernamente, eram poucos e ficavam sintomaticamente mais perto do direito e da economia do que das ciências sociais. Do ângulo político, diante das mesmas desigualdades e da possibilidade que explodissem, valorizam, não tanto a naturalidade da desigualdade, à moda de uma direita tradicionalista européia, mas a necessidade de controle social. A ordem é o valor maior e, nisto, as doutrinas de segurança nacional foram a clara expressão moderna. Hoje, com o sopro dos ventos liberais, o Estado forte, no sentido que preconizaram, não é mais inspirador da direita. Em economia, no Brasil, tivemos pensadores importantes, tipicamente liberais, ao ponto de aceitarem, alguns, a vocação agrícola do Brasil, imposição de vantagens comparativas "naturais" do País. A defesa do livre mercado foi um dos seus traços marcantes e, nisto, remaram contra a maré, mesmo quando assumem o comando da economia em 1964. Afinal, o crescimento do Estado-empresário no Brasil se reforça enormemente durante o período autoritário.

Mas, voltemos ao pensamento de esquerda. Como se exprimia o *ideal da igualdade*? A matriz da esquerda latino-americana é, como disse, marxista e, em sua formulação clássica, a vida política culminaria quando se desse a cada um segundo as suas necessidades. Nitidamente utópica, portanto, de difícil visualização, salvo a ênfase na igualdade social e econômica, mais do que na liberdade política. Porém, conhecemos as alternativas possíveis de aproximação dos ideais de igualdade. De fato, nos países de socialismo real, a formulação se tornava concreta, visível.

Chegou-se, bem ou mal, a um modelo de igualdade. Talvez criasse distorções, a "nova classe", mas, sobretudo nos anos 50, até o XX Congresso do PCUS, pareciam distantes, pequenas diante daquilo que o socialismo realizava.

Na América Latina, a revolução cubana adota uma versão própria do ideal da igualdade. Em que inova? Diferentemente do modelo soviético (que se tratava de uma sociedade "avançada", com importante produção industrial), Cuba forja um modelo de *igualdade na pobreza* e oferece a perspectiva de que é possível dar saúde e educação para todos, gratuita. A Revolução Cubana indicava ser possível, de modo rápido, uma radical redistribuição de riqueza. A conquista de uma *igualdade concreta* em Cuba traz algumas conseqüências. Chamo a atenção de duas. Em primeiro lugar, reforça a idéia — já demonstrada pela China — de que a revolução socialista não ocorreria apenas no estágio do capitalismo avançado como previa Marx. Assim, mesmo na América Latina, alguma transformação radical do sistema é possível para conseguir reverter a exploração. Haverá variações no radicalismo e mesmo, a partir de ideais redistributivistas, soluções que aceitem as mudanças pela via da negociação política. Assim, ainda sob a inspiração de ideais transformadores, surgem, como alternativas progressistas, os projetos desenvolvimentistas. Em todos, tanto os de corte socialista quanto nos outros, é constante a referência ao Estado como instrumento essencial para a promoção de mudanças.

Faço uma qualificação. É evidente que a matriz marxista, embora esteja na origem do pensamento de esquerda na América Latina, especialmente na sua vertente mais universitária, não domina o cenário político. Se formos inventariar a ação dos partidos progressistas, as variantes da democracia cristã, da social-democracia, do trabalhismo, e, de uma certa maneira, do populismo, o ideal da igualdade se converte em propostas de elevação das classes mais oprimidas. Em todos, diante da iniquidade da distribuição de rendas, o objetivo de melhorar as condições sociais aparece naturalmente.

O segundo tema é o dos *métodos para chegar à igualdade* (ou melhorar as condições sociais). Para introduzir o tema, lembro que já se observou que o pensamento liberal tem, em suas origens, uma visão negativa do homem (que, à Hobbes, move-se por interesses egoístas) e uma visão positiva do social (deixadas livres as forças sociais, ao mercado,

criam-se riqueza e harmonia, etc). Para a esquerda, o movimento era inverso: partia-se de uma visão positiva (o homem é rousseauianamente bom), mas a sociedade o corrompe e é necessário algum tipo de *engenharia social*, de intervenção para conseguir refazer as organizações sociais sadias. Isto leva, de novo, na matriz marxista, a uma espécie de repúdio às instituições existentes, contaminadas por serem reprodutoras de desigualdade. A possibilidade de incrementos marginais de bem-estar seria praticamente impossível e o objetivo era o de transformar o Estado, os modos de produzir e agir. Não era simplesmente conquistar o poder, era mais do que isto: era mudar a natureza da relação entre os homens, extirpar os mecanismos de exploração. Em vista do sucesso cubano, admite-se que, se é possível que o futuro seja tão superior ao presente, é o futuro — o que as sociedades podem idealmente ser — que avalia as condições contemporâneas. ... *o futuro incluía a redenção, a vingança e um juízo final, quando o bem triunfaria sobre o mal, os pobres sobre os ricos, o autóctone sobre o alheio.* (Castañeda, *Utopia Desarmada*, p. 207). Diante dessa perspectiva, há que considerar não que os fins justifiquem os meios, simplesmente os meios se tornam absolutamente secundários, dada a grandeza do ideal. Daí a importância da idéia revolucionária e da busca do ator que a levaria adiante — o proletariado urbano ou camponês — e o complicado debate sobre a melhor estratégia para vencer as classes dominantes, da luta armada à via eleitoral. Neste quadro, a democracia, tal como praticada e mesmo em teoria, não é decisivamente importante porque as instituições estão viciadas pela ordem desigual, significativa de exploração do homem pelo homem. Mesmo quando se aceita a via eleitoral, a compreensão é de que ela constitui um passo para uma transformação ontológica da sociedade que, num segundo momento, dispensaria as formalidades da democracia burguesa.

Também aqui há variantes significativas. De qualquer forma, quanto mais à esquerda, menos importante era o debate institucional. A perspectiva era a de que as instituições se corrigiriam automaticamente com as mudanças sociais (em Cuba, interessavam as conquistas sociais, menos do que o modelo político). Mesmo para os analistas menos ideológicos, a matriz acaba por influenciar e a importância do institucional será relativamente diminuta nos anos 50 e 60. De fato, a crítica da ordem existente fez-se através de duas vertentes, ambas minimizando os aspectos formais da democracia frente às agudas necessidades de combate às causas

substanciais da desigualdade: de um lado, a esquerda, por considerar necessidade fundamental o fim da exploração capitalista somada à exploração imperialista, desprezava o jogo político no marco das instituições. Paralelamente, do ângulo dos desenvolvimentistas, não necessariamente de esquerda, a defesa do estado de direito aparecia como algo supérfluo frente ao desafio da industrialização e do desenvolvimento econômico. A chamada burguesia progressista foi muito mais estatizante e nacionalista do que liberal-democrática. O tema da democracia formal surgirá, com força, somente no marco do combate ao autoritarismo, quando se revela, com clareza, a importância das garantias formais à cidadania. Ai, sim, o argumento fica mais equilibrado, e começa a se admitir que as instituições — seus modelos, sua forma de organização — pesam na vida do indivíduo e da sociedade.

Lembro que, na Europa, a opção pela reforma ao invés da revolução, ou seja a aceitação do jogo eleitoral como instrumento para chegar ao governo e, a partir dele, obter-se a redistribuição da renda, deu-se justamente com a valorização do processo da democracia representativa. A luta armada fica estacionada na História da Revolução de 17, enquanto na América Latina a experiência cubana a restabelece como mito de transformação e contamina fortemente as visões de esquerda.

O terceiro aspecto é o da *abrangência das propostas*. A tendência do pensamento de esquerda era a de buscar conflitos centrais, estruturantes, do todo social e, daí, a compreensão de que as formas de solução do conflito abrangiam soluções para toda a problemática social. E, neste sentido, a tendência natural era ver, na história do Brasil, uma repetição da européia. Todas as nossas interpretações eram baseadas na idéia de que a classe operária não estava ainda suficientemente organizada para cumprir a sua missão. (Aliás, já nos meus primeiros estudos empíricos sobre o empresariado, tentei compreender as diferenças, a peculiaridade do processo brasileiro). De qualquer maneira, para a esquerda em geral, o objetivo é sempre abrangente e a tomada do poder muda o social, o econômico e, no limite, cria uma nova moralidade. Também se instauraria um novo padrão de relações internacionais: superados os vícios do imperialismo, os países ganhariam autonomia e, na medida em que o socialismo se expandisse, a paz permanente se instauraria entre as nações. É claro que, quando passamos ao exame da luta política, os partidos e forças de

esquerda admitiram variadas formas de acomodação, alianças e entendimentos, inclusive para garantir que escapassem da clandestinidade. Os casos do Chile de Allende e da Nicarágua sandinista são paradigmáticos.

O impulso em direção a uma igualdade cada vez maior entre os homens é, como Tocqueville havia observado no século passado, irresistível. Cada superação desta ou daquela discriminação, com base na qual os homens dividiram-se em superiores e inferiores, em dominadores e dominados, em ricos e pobres, em patrões e escravos, representa uma etapa, por certo não necessária, mas possível, do processo de civilização. (Bobbio)

Este mundo que descrevi, de forma simplificada, quase como um modelo, supunha, para ter sentido, o marco da Guerra Fria e o socialismo como uma possibilidade concreta, próxima, mobilizadora. Hoje, como ficamos? Quais os critérios para medir se uma sociedade avança? O que é ser progressista?

Os critérios que emergem da visão tradicional da esquerda parecem superados, sobretudo se aceitamos que a construção do socialismo na América Latina de hoje é inviável. De outro lado, sabemos que a economia de mercado tem muitas variantes. É preciso modelar a que queremos e, nisto, o jogo político e os padrões ideológicos serão decisivos. O debate sobre o alcance do ideal da igualdade torna-se mais concreto, mais voltado para problemas de gestão, mas está longe de morrer. De outro lado, o debate sobre métodos, sobre modelos de organização e ação políticas, fica no marco da democracia.

Para esquematicamente introduzir o tema:

a) o debate sobre o alcance da igualdade permanece e se exprime na visão de futuro sobre as nossas sociedades, porém com uma diferença extremamente importante: perde-se o ideal concreto, representado pelos modelos do socialismo real, porque falharam tanto politicamente (ao abafar as liberdades), quanto economicamente (ao colocar obstáculos a processos de modernização); temos que pensar o futuro sem modelos acabados e entendendo que deve estar fundado em soluções democraticamente construídas. A História não tem portos de chegada, mas sabemos que existem valores e definições éticos que podem tornar mais humano o caminho;

A Nova Esquerda

b) a democracia se torna, assim, o marco necessário do progresso, ou melhor, é ingrediente do progresso (e deve ser aperfeiçoada em seus mecanismos de representação e participação); a defesa dos direitos humanos faz parte da visão de um mundo melhor;

c) a idéia de que um conflito central e estruturante ordena o social dissolve-se; aceitam-se a complexidade do tecido social e o fato de que se multiplicam formas de contradições, todas nobres. A fragmentação da agenda contemporânea da Pólis torna pouco nítidas as balizas de atuação política, à direita e à esquerda, no tocante a temas como a questão da mulher (de certa forma Rosa de Luxemburgo anteviu problemas do marxismo de lidar com esta questão); a ecologia; a violência urbana (que explodiu, por exemplo, no caso do império soviético); da sexualidade, entre outros. Tais temas envolvem novas concepções e percepções da interação entre a cidadania e o Estado, as quais, à primeira vista, extravasaram o quadro de análise e de ação prescrito pelas ideologias tradicionais.

Disto derivam várias conseqüências. A mais evidente é a de que os atores passam a valer igualmente na arena política e não existem mais "demônios" a serem eliminados (como a burguesia na perspectiva marxista tradicional); os atores políticos não tentam impor sua visão do que é verdadeiro a partir de uma perspectiva ideológica excludente; a tolerância e o diálogo passam a prevalecer e, assim, o peso do argumento — e a capacidade de organização, de mobilização, os atributos de legitimidade, etc. — se tornariam decisivos no processo de definição das políticas e dos projetos sociais; idealmente, valeriam mais as forças de persuasão do que o poder econômico (aliás, no caso da sociedade brasileira, é essa mudança que vai explicar a importância dos movimentos ecologistas, feministas, de direitos humanos, etc.). A democracia, como ideal, passa a ser um jogo de razão. Os padrões éticos, obtidos em consenso social mais amplo, julgam, sem as dicotomias fechadas da Guerra Fria, a ação política.

Todas essas questões levam a um tema central: como definir uma visão de futuro. O que é progresso? Com que parâmetros ideológicos avaliar ações políticas?

Em sociedades como as latino-americanas, em que as diferenças sociais são tão agudas e patentes, os objetivos de igualdade estão dados: fornecer a todos os cidadãos os serviços básicos de saúde, de educação,

Fernando Henrique Cardoso

de segurança, e acesso universal à cultura. Uma afirmação como esta é simples, porém frágil. De uma certa maneira, definir o ideal de esquerda, à maneira de Bobbio, como o da igualdade, em nosso continente, é o começo de um longo percurso. Como realizar as transformações visando mais igualdade é o nó da questão ideológica contemporânea, o núcleo dos conflitos políticos.

Na realidade, o problema da igualdade tem vários desdobramentos. A primeira pergunta que se faz, ao desenhar políticas, é de que maneira servem à elevação a condições mínimas de dignidade humana os cidadãos, eliminando as formas de pobreza absoluta. Não é o caso de entrar em detalhes de políticas. O essencial é reter a continuidade do ideal e saber que isso envolve, para sua realização, atividades variadas, que vão desde as políticas compensatórias à dissolução de privilégios. Esta é, aliás, uma das questões difíceis de resolver. O que são privilégios em uma sociedade de contrastes? Na visão tradicional da esquerda, o privilégio se identificava com uma classe, com os detentores dos meios de produção. Agora, sabemos que os empresários têm um papel no desenvolvimento e a economia de mercado não é incompatível com a atenuação de desigualdades sociais. Há desigualdades aceitáveis. O problema é eliminar as vantagens dos que já têm uma posição assegurada na estrutura social, de tal forma que as políticas de governo não se tornem, como indiquei, reprodutoras da desigualdade.

De qualquer forma, há modalidades "passadistas" na atitude de setores da esquerda e também da direita que reagem às mudanças. No primeiro caso, por estarem presos a modelos superados da realidade social e temerem que novas modalidades de transformação da sociedade sejam necessariamente prejudiciais à maioria. No segundo, por receio de que as mudanças venham a afetar privilégios e vantagens garantidos por variados mecanismos, políticos e mesmo legais. Assim, curiosamente, há versões do conservadorismo, que adotariam claramente os argumentos recentemente descritos por Hirshmann, tanto à esquerda quanto à direita.

Acredito que não é o liberalismo o melhor projeto de transformação de nossas sociedades, porque é simplificador e tende a dar remédios uniformes para situações nacionais diferenciadas. Acredito, sim, que são os valores de uma esquerda crítica, de corte habermasiano, que poderá compreender as diversidades e contradições do mundo contemporâneo

A Nova Esquerda

e, ao mesmo tempo, dar pautas para as políticas que signifiquem melhoria efetiva das condições de vida da maioria e aperfeiçoamento permanente do jogo democrático.

A esquerda tradicional subestimou a capacidade da democracia formal de promover melhorias na condição de vida do proletariado e do campesinato. Mais do que isso, ao aferrar-se a estruturas políticas fechadas e autoritárias, subestimou, também, a importância da livre circulação de idéias e informações, num momento em que um novo paradigma tecnológico começava a comandar um processo produtivo cada vez mais internacionalizado e balizado pela lógica da economia de mercado.

Se o ideário da esquerda tradicional avançou, deixando para trás noções como a da ditadura do proletariado ou do planejamento central, o ideário associado à direita também evoluiu para incorporar políticas públicas compensatórias para atenuar as desigualdades mais flagrantes do modo de produção capitalista.

Também assinalaria, como aspectos do ideal, o esforço de dar sentido mais concreto às metas de igualdade e, neste sentido, uma cuidadosa política de atenção às minorias é decisiva. Além disto, noto que a função estratégica do Estado no trabalho de atenuar desigualdade talvez dificulte, como nas sociedades industrializadas, induzir desigualdades que tenham sinal positivo ao proporcionar, mais adiante, multiplicação de riqueza, como nas práticas neo-liberais de diminuição de impostos para os investidores. Certamente a equação latino-americana deverá ser mais cuidadosamente equilibrada.

Agregaria que, nas democracias contemporâneas, a questão da igualdade de oportunidades, especialmente de acesso à educação, tornou-se prioritária. Ainda que essa proposição contenha elementos idealistas, dada a evidência de que há claras disparidades sociais na partida, em favor dos herdeiros das classes mais privilegiadas, em muitas sociedades é possível dizer que existe uma boa oportunidade de acesso a todos os cidadãos. Isso atenua, de certa forma, a própria noção da injustiça da desigualdade em sociedades capitalistas.

Finalmente, o que diferenciaria o ângulo de esquerda, talvez social-democrata, é aceitar que o tema da desigualdade deve ser objeto direto da ação política. É um "modelador" da ação. Não creio que a direita, hoje, no Brasil,

tenha uma visão hobbesiana do social e também não proponha políticas compensatórias, p.e.. A diferença, como todas as de nosso universo pós-Guerra Fria, é mais sutil e tem que ver com graus, com matizes. (*)

Passo, agora, ao segundo ponto do debate, que diz respeito a métodos, políticos e econômicos, para levar adiante as soluções igualitárias.

Querida, neste momento, introduzir o debate do chamado neo-liberalismo, que apesar de formulado vagamente e de admitir variações, como mostrou recentemente Perry Anderson, tem peso importante no confronto ideológico de nossos dias.

Há qualificações preliminares a fazer. Uma primeira lembra que é necessário respeitar as realidades nacionais. Assim como o pecado da esquerda tradicional foi o de transferir categorias pensadas no capitalismo avançado para o mundo latino-americano, o pecado neo-liberal tem o mesmo caráter. É preciso reconhecer que os sistemas de mercado têm traços comuns e peculiaridades. Neste sentido, é fundamental retomar os parâmetros de valor, enraizá-los nas formações nacionais, para que tenham padrões e critérios para avaliar o que é efetivamente positivo para os países. É evidente que o papel do Estado em sociedades européias, homogêneas, será diferente do que está reservado em países do Sul. Da mesma forma, se a moldura for a social-democrata, e não a liberal, o peso da questão social será diferente. Os remédios que nos fornece a ideologia

(*) No livro de Bobbio, chamou-me atenção uma nota que exprime de forma muito expressiva o ideal de esquerda contemporânea: "Elias Diaz ("Derechas y Izquierdas", in El Sol, Madrid, 26 de abril de 1991) considera como sinal de identidade da esquerda "uma maior predisposição às políticas econômicas redistributivas e de nivelamento proporcional, baseadas mais no trabalho do que no capital; uma maior consideração da organização voltada para o que é público e comum mais do que para o que é privado e individual; prevalência dos valores da cooperação e da colaboração sobre os valores do confronto e da concorrência; maior atenção para com os novos movimentos sociais e as suas reivindicações pacifistas, ecológicas, feministas; preocupação com a efetiva realização dos direitos do homem, sobretudo no que se refere aos grupos marginalizados, à terceira idade, à infância etc.; insistência na prioridade para todos do atendimento às necessidades fundamentais, tais como a da boa saúde, da escola, da habitação; maior sensibilidade e amizade internacional para com as áreas pobres, dependentes e deprimidas; autonomia da livre vontade e do debate racional tanto para tomar decisões majoritárias e democráticas quanto para construir éticas críticas e modificações, não impostas com argumentos de autoridades ou com dogmas de organizações religiosas dotadas de um caráter carismático e/ou tradicional".

neo-liberal, em sua forma européia ou americana, devem ser examinados com cuidado. Em que medida são úteis?

Substituir, no campo do comando da produção, o Estado pelo mercado, no campo do processo social, a necessidade de intervenção pelas soluções individuais, e tomar a adoção dos novos elementos da equação como o critério do progresso me parece uma simplificação inaceitável. Também é inaceitável a tentativa de reduzir o ideológico ao pragmático e dizer que é positivo simplesmente o que deu certo, aquilo que aumentou o PNB. É claro que a boa performance nos números, o controle das variáveis macroeconômicas, é importante, — e louvem-se os liberais por apontar com ênfase para esses temas — mas insuficiente. Se não houver uma crença em valores, em sentido do avanço social, a sociedade se desorienta e a liderança se esvazia. Volto ao exemplo que dei no início, sobre a aposta da democratização necessária da decisão econômica, que não é uma tática mas que supõe um projeto sobre como a sociedade deve agir.

Se o objetivo é distribuir rendas, abandonando as vias revolucionárias, o problema que se coloca é duplo: o da eficiência e o da equidade. Devem ser combinados. O objetivo de desenvolvimento, da produção como requisito para o bem-estar, deve estar em harmonia com políticas que sejam capazes de universalizar os benefícios sociais.

Neste sentido, o dilema Estado x mercado é falso. O papel do Estado, como regulador, diante, por exemplo, das questões ecológicas, só fez aumentar. Assim, a proposição correta, que devemos estudar, é o *papel do Estado no mercado*. O problema é como aumentar a competitividade (que leva ao incremento da produtividade e à racionalização das atividades econômicas) e como tornar mais públicas as decisões de investimento e as que afetam o consumo. Isto é, como torná-las transparentes e controláveis pela sociedade — pelos consumidores, produtores, gestores, trabalhadores, opinião pública, etc. — e não somente pelas burocracias (do Estado ou das empresas). O interesse público requer que a economia se baseie em empresas competitivas, capazes de absorver tecnologia moderna para que seus efeitos sejam positivos para a sociedade. A questão torna-se clara quando a concorrência força a absorção dos resultados do progresso técnico na produção, aumentando a produtividade. Sem esse incremento, a pugna entre investimento e consumo, capital e trabalho,

torna-se imanejável, como em um jogo de soma zero, em que se um ganha, outro perde.

Diferentemente do neo-liberalismo, a social-democracia desloca, portanto, o eixo da opção entre estatal e privado do plano ideológico (o privado seria sempre bom e o Estado sempre mau na economia) para um plano objetivo: importantes são as condições que devem ser criadas para o funcionamento da economia.

O crescimento não é condição para a universalização de benefícios. É evidente que, quanto mais crescimento, maiores são as possibilidades de distribuição de benefícios. De novo, é necessário considerar as peculiaridades latino-americanas e brasileiras. Já observei, em um artigo recente, que, na América Latina, dadas as enormes desigualdades não só entre ricos e pobres, entre capitalistas e assalariados, mas entre setores sociais organizados (que incluem importantes setores das classes trabalhadoras e médias) e setores não organizados (não só marginais à produção mas também das classes trabalhadoras e médias), as pressões corporativas constituem empecilhos para a universalização das conquistas sociais. É assim com o salário, com a Previdência, com os benefícios da aposentadoria, com o acesso à educação e saúde. É preciso evitar a posição neo-liberal que critica toda e qualquer reivindicação por ser parcial e benéfica apenas a alguns setores e prefere a luta "no mercado" que, sem as distorções da política e do Estado, asseguraria a igualdade a longo prazo (que, no caso da América Latina, é quase sempre a igualdade de não possuir...). E também evitar o atendimento populista que considera válida qualquer reivindicação de *los de abajo* sem se perguntar sobre os efeitos de médio prazo para as sociedades.

Não tratei, com mais vagar, das passagens da visão das relações internacionais do ângulo do imperialismo para os esquemas de globalização da economia, dos problemas dos limites à ação do Estado nacional, das formas de nacionalismo. Levanto somente um tema, que é o da competitividade e da abertura, já que também constituem parte do ideário neo-liberal.

O critério da competitividade, da absorção (e produção) de meios tecnológicos que permitam ganhos de produtividade, é a pedra de toque de políticas econômicas que tenham por objetivo aumentar o bem-estar

A Nova Esquerda

social da população. E esse é o desiderato da social-democracia. Ela reconhece que o esforço de crescimento econômico é condição para o bem-estar social; reconhece que certas práticas protecionistas podem ser temporariamente úteis para criar condições internas de competitividade, mesmo que sustentadas em nome da defesa do mercado nacional. Trata-se, portanto, de uma questão de gradação e da escolha de alternativas políticas que, seletivamente, assegurem o que é fundamental: o interesse público. Existe, obviamente, um interesse nacional para a social-democracia. Mas ele não vale por si; precisa ser filtrado pelo interesse do povo, pelos interesses públicos.

Quero terminar com o problema da fragmentação dos conflitos. Se a dialética hegeliana e a da revolução marxista estão ultrapassadas, não podemos nos esquecer da "microdialética do cotidiano" nem de que, mesmo sem a busca de um fim último, o conflito, a luta (também das classes) continuará sendo o motor da história. Esta continuará existindo, só que sem uma configuração final pré-determinada; será, como sempre foi, aventura aberta à ação dos homens.

Ainda que não tenhamos uma "teoria dos explorados" e o desafio intelectual de propor formas de "crescer com equidade" seja urgente, a idéia de justiça social continuará a existir como valor a ser alcançado. De que serve ao pobre saber se ele é pobre porque seus ancestrais foram explorados e com isso se fez a riqueza dos poderosos ou se estes, com a tecnologia, podem dar-se ao luxo de despreocuparem-se de continuar explorando os pobres?

O fato gritante é que não só continuam a existir pobres e ricos (pessoas, segmentos sociais e países) como isso incomoda, machuca, perverte a boa consciência do mundo. E o capitalismo triunfante, como escreveu Eric Hobsbawm, em reflexão recente sobre o mesmo tema, não serve de antídoto para este mal.

Se não se acredita mais na "negação da negação", na superação da injustiça pela revolução do proletariado, a dor da injustiça persiste e repercute sobre quem está saudável. Portanto, os mecanismos de correção continuarão a ser buscados e esse é o tema central da ação política.

Para mim, esta é a premissa do pensamento de esquerda contemporâneo, de uma visão generosa de como a sociedade pode e deve

aperfeiçoar-se. Retomando observações de Oskar Lafontaine e reflexões minhas anteriores, acredito que, se falta à esquerda, especialmente em sua vertente social-democrata, o charme da utopia, nem por isto deixa de existir projeto inovador. O novo, à esquerda, não é apenas a descoberta dos movimentos sociais. É também a criação de outro espaço público, no qual a idéia de justiça permita compatibilizar o interesse coletivo com as liberdades individuais e permita, sem substituir a teoria clássica da democracia representativa, institucionalizar formas da democracia participativa. Essa utopia viável — contradição em termos — conciliará direitos e motivações individuais com o fato de os indivíduos pertencerem a situações comuns, coletivas, incorporará a angústia pela sobrevivência da humanidade (lutas ecológicas e segurança coletiva) e, sem menosprezar o espontâneo na vida social, proporá meios institucionais para a participação direta. Ela há de ser a mola para o reencontro entre a Razão (menos abstrata e triunfalista que a razão liberal do mercado) com a Subjetividade, com a fragmentação da vida social e a desistência da busca da Totalidade (como na ideologia pós-moderna).

A Arte do Realismo Político^(*)

José Madureira

Numa altura em que, por algumas boas razões e outras bem mais equivocadas, se multiplicam suspeitas sobre o valor do conhecimento produzido pelas ciências e se põe mesmo globalmente em causa a relevância das formas de racionalidade que as apoiam, nada melhor, para repor justeza na avaliação, do que procurar restituir com rigor os circunstancialismos concretos em que decorre a dinâmica das práticas científicas quer em momentos de acumulação intraparadigmática mais ou menos pacífica, quer em fases de agitada e estimulante transição intelectual.

Tem pertencido à história e à sociologia das ciências um papel relevantíssimo na explicitação dos processos sociais, económicos e institucionais que determinam e acompanham a emergência, consolidação, reformulação e reinvenção dos saberes que aqui nos ocupam.

Ao revelarem, por detrás das fachadas grandiloquentes de certas produções científicas, os jogos de interesses, as estratégias de consolidação ou usurpação de poder, quando não a pequenez do carreirismo académico ou a sordidez da fraude intelectual, sociologia e história das ciências convergem na criação de um efeito de dessacralização e desencantamento absolutamente indispensável para contrariar visões idealizadas do progresso científico e alguns mitos prometeicos sobre o poder da

(*) Discurso de saudação ao Professor Fernando Henrique Cardoso por ocasião da outorga do título de Doutor "Honoris Causa", pela Faculdade de Economia, da Universidade do Porto. Portugal, 21 de julho de 1995.

Razão. Mas deram também azo — o que, quanto a mim, não lhes deve ser assacado como culpa — a uma descrença generalizada nas virtualidades das ciências, a um desprezo preguiçoso e auto-suficiente relativamente à específica materialidade dos instrumentos e operações intelectuais por elas privilegiados — como se a invenção de hipóteses explicativas sobre a complexidade do real ou a tentativa de as pôr metodicamente à prova não fossem mais do que um jogo de linguagens entre muitos outros, uma deriva eminentemente contingente na esfera da produção de sentido.

Foi, como se sabe, Thomas S. Kuhn quem, há mais de duas décadas, trouxe para o interior das polémicas em filosofia das ciências a saudável idéia de que as comunidades científicas nem sempre conseguem escapar às malhas do imobilismo intelectual, desde logo porque o tipo de aprendizagens académico-profissionais que privilegiam, em vez de estimularem o inconformismo, promovem, de fato, muitas vezes, o uso rotineiro e ritualizado das fórmulas teóricas e metodológicas mais consagradas.

Não custa a perceber que muitos dos condimentos do discurso dito pós-modernista sobre as ciências, bem como todas as tentações pró-irracionalistas que lhe são adjacentes, tenham ido buscar alimento a alguns dos pressupostos e propostas interpretativas presentes na concepção kuhniana sobre a história das ciências.

A verdade é que, para o autor de *The Structure of Scientific Revolutions*, quer o desenvolvimento científico, em geral, quer as escolhas teórico-metodológicas, em particular, são atividades fundadas racionalmente, ainda que de acordo com critérios dificilmente redutíveis aos propostos pela ortodoxia dedutivista do empirismo lógico. E, mais recentemente, ei-lo a afirmar-se preocupado com os excessos do criticismo anti-cientista e a lembrar a importância de se ter em conta a especificidade das "ferramentas cognitivas" das ciências, nos momentos de desenvolvimento normal como em fases de revolução científica. Manter toda a disponibilidade crítica na análise das ciências, não pode significar, sugere-nos ele, menos atenção relativamente ao que de específico existe nos seus procedimentos, sobretudo quando estes possibilitam autênticos saltos qualitativos no movimento, sempre inacabado, de procura de inteligibilidade do real.

* * *

Perante um tal intróito, admito que alguns dos presentes estejam começando a temer que o orador, vergado pelo peso institucional da cerimônia, tenha recalcado os motivos que aqui nos trouxeram — o que, a ser verdade, faria seguramente sorrir o sorumbático pai da psicanálise.

Quero tranquilizar-vos: o que acabo de dizer tem relação direta com a homenagem que a Universidade do Porto, através da sua Faculdade de Economia, quis prestar ao cientista social Fernando Henrique Cardoso.

E passo a explicar porquê.

Quem, em meados da emblemática década de sessenta, quisesse entrar em contato com os problemas do subdesenvolvimento econômico através da literatura então em voga nos meios acadêmicos dificilmente poderia fazê-lo fora de um quadro intelectual que, no essencial, se orientava de acordo com as seguintes coordenadas: primeira, a evolução das sociedades e o crescimento das economias faz-se, em todas as circunstâncias de tempo e de lugar, de acordo com uma seqüência linear de etapas, pelo que o subdesenvolvimento deve ser entendido, no essencial, como atraso; segunda, no plano das relações econômicas internacionais, e desde que se garantam condições de comércio livre, vigora o princípio do benefício mútuo; terceira, o subdesenvolvimento econômico surge associado a um conjunto de características culturais peculiares, que só através de um processo de modernização global poderão ser superadas; escusado será acrescentar, quarta coordenada, que o alegado atraso econômico e cultural dos países subdesenvolvidos se media, implicitamente, nesta concepção, por referência à estrutura dos países ditos desenvolvidos do ocidente.

Ora bem: se hoje já é corrente encontrarmos, quer na literatura especializada sobre os problemas do desenvolvimento, quer em textos universitários de grande difusão, quer até nos manuais do ensino secundário com que os mais jovens entram em contato com as realidades econômicas e sociais do nosso tempo, indícios precisos de que aquela visão etnocêntrica sobre o desenvolvimento está francamente superada, convém que se diga que a viragem intelectual subjacente se fez à custa de um trabalho — tão ousado e criativo, quão persistente — de construção de novos objetos científicos. Fez-se contra estereótipos e rotina intelec-

tuais instaladas, contra argumentos de autoridade tenazes, contra modelos formais e evidências empíricas aparentemente insuspeitas.

O diálogo entre economistas, sociólogos e técnicos do planejamento que, em vários países da América Latina, se foi produzindo ao longo da segunda metade da década de sessenta acabou por ser decisivo para consumir a ruptura teórica em causa e levar à reformulação de toda a problemática do desenvolvimento.

O economista e sociólogo Fernando Henrique Cardoso foi figura primeira deste movimento, publicando no ano de 1969 duas obras que iriam marcar de forma indelével a orientação dos estudos nesta área do conhecimento: *Dependencia y Desarrollo en América Latina*, no México, em colaboração com Enzo Faletto e *La Sociologie du Sous-Développement en Amérique Latine*, em França.

A partir da consideração do subdesenvolvimento como totalidade com a sua especificidade histórica, como estrutura de funcionamento própria de sociedades com formas peculiares de inserção na divisão internacional do trabalho — de nenhum modo simplesmente atrasadas, nem tão somente periféricas, mas, acima de tudo, *dependentes* — tornou-se possível começar a ultrapassar pela positiva o círculo das evidências e representações etnocêntricas acerca do fenómeno e a conferir dimensão política a uma questão que sempre o fora, mas que, por estranho enviesamento teórico, tinha sido remetida para o espaço idealizado da economia sem história nem protagonistas.

Tornava-se claro, à luz do novo paradigma, que a insistência pura e simples na diferença — uma espécie de máximo de consciência possível de muitos economistas do desenvolvimento de então — não conduzia, por si só, ao conhecimento sobre o processo histórico de diferenciação, nem ao do que, neste, é imputável às engrenagens da dominação/subordinação entre espaços nacionais e regionais.

Por outro lado — e este parece-me ser um aspecto relevantíssimo da contribuição teórica de Fernando Henrique Cardoso — passa a reconhecer-se que, a própria análise da dependência obriga a distinguir, de acordo com a diversidade de "momentos históricos e situações estruturais", combinatórias não menos diferenciadas de constrangi-

mentos econômicos, de dinâmicas sociais e de formas de regulação e legitimação políticas.

Numa altura em que alguns excessos de determinismo estruturalista ganhavam terreno nas Ciências Sociais, Fernando Henrique Cardoso multiplicava argumentos teóricos e empíricos que frontalmente os contrariavam. Os fenômenos da dependência e os problemas da mudança social, mesmo quando equacionados em horizontes empíricos relativamente delimitados como o da América Latina, não podem ser adequadamente apreendidos — diz-nos — de acordo com pressupostos rígidos e esquemas analíticos uniformes. Nem as determinações estruturais são a-históricas, nem é legítimo pensá-las como limites absolutos impostos à ação mais ou menos organizada de indivíduos ou grupos sociais.

Esta preocupação em não desligar a reflexão teórica da análise, tanto quanto possível integrada, de situações concretas, tem correspondência noutro importante traço de percurso de Fernando Henrique Cardoso: a permanente atenção que dedica à questão política, que o leva a uma participação ativa, em diferentes e às vezes bem difíceis conjunturas, no xadrez dos movimentos sociais e das lutas pela democracia no seu país e a uma presença incisiva em influentes instâncias internacionais de debate e decisão política. Documentos sobre Direitos e Deveres Econômicos dos Estados aprovados pelas Nações Unidas na década de setenta e destinados a proteger interesses dos países subdesenvolvidos só podem entender-se na perspectiva da acumulação de conhecimentos produzida no âmbito dos estudos sobre a dependência a que nosso homenageado deu impulso de incomparável originalidade.

Poderá sempre dizer-se que os aperfeiçoamentos realmente introduzidos no sistema de relações econômicas internacionais ficaram substancialmente aquém do que as novas problemáticas sugeriam e do que prometiam os seus mais bem intencionados corolários políticos.

E é imperioso, por outro lado, concordar-se com o fato de as transformações da economia mundial operadas nos últimos anos revelarem fenômenos dificilmente apropriáveis por programas de investigação colados às fórmulas pioneiras da teoria da dependência.

É o próprio Fernando Henrique Cardoso — intelectual sempre inconformado com o peso de barreiras disciplinares estritas e pouco dado

a deixar-se enlevar nas rotinas paradigmáticas de que nos fala Thomas Kuhn — é o próprio Fernando Henrique Cardoso o primeiro a reconhecer que a compreensão do sistema mundial de relações econômico-sociais está exigindo — e vai continuar a exigir — novos pontos de partida teóricos, abertura mais fundamentada à interdisciplinaridade, em suma, a invenção de hipóteses e modelos de análise distintos (o que não quer dizer antagônicos) dos que, há trinta anos, permitiram reformular o pensamento econômico sobre a dependência e o subdesenvolvimento.

Pressente-se, aliás, ao contatar com a produção intelectual mais recente do nosso homenageado, que os seus interesses se orientam no sentido da identificação dos principais traços dessa espécie de viragem civilizacional que, de forma nem sempre consciencializada, todos estaremos a viver.

Não lhe escapam as repercussões, desiguais à escala mundial, da globalização e outras formas de internacionalização da economia, da revolução da informática, da passagem de uma ordem internacional bipolarizada à multipolarização de contornos não estabilizados. Preocupam-no a ameaça de rupturas ecológicas irreversíveis, como a emergência de nacionalismos agressivos, a multiplicação de conflitos armados sem saídas à vista e a própria debilidade dos sistemas de democracia representativa.

Inquietam-no a pobreza, a fome e outras formas extensas de sofrimento que alastram, numa irreversível vertigem, a extensas regiões do Terceiro Mundo, mas que igualmente se instalaram no coração mesmo das grandes urbes ou no espaço rural desertificado das nações ditas desenvolvidas.

Mas o seu discurso, que continua a apelar à análise empiricamente fundamentada da realidade econômico-social, não deixa de albergar também a palavra utopia — como se a acumulação de conhecimentos em áreas tão diversas como a teoria do comércio internacional, a análise do desenvolvimento e da mudança social, a sociologia do poder e das classes lhe permitam sentir-se autorizado a ter sobre a evolução da humanidade uma visão a um tempo realista e otimista.

Sou capaz de imaginar as vezes que, nos últimos anos, Fernando Henrique Cardoso, um cientista social de grande erudição que hoje

também assume o encargo de presidir os destinos da República Brasileira, terá reinvocado antigas reflexões e perplexidades de Max Weber sobre a condição de cientista e a de político e sobre a perturbante fronteira entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade.

Não se conhecem fórmulas seguras e definitivas para resolver equações tão complexas. Mas sabe-se que é por aproximação criteriosa a tais fórmulas que a conquista de espaço de decisão e de ação entre as urgências do presente e o horizonte das utopias racionais se torna, apesar de tudo, possível.

Um espaço estreito, às vezes quase inexistente, que é preciso redefinir dia-a-dia, sem perda de rumo.

Como já disse, Fernando Henrique Cardoso participou ao longo da vida em duras lutas pela conquista das liberdades democráticas no seu país, pela dignidade das nações pobres, pela equidade nas relações internacionais. Fê-lo em condições difíceis, correndo riscos pessoais e profissionais e adiando sempre os merecidos repousos a que até os mais intrépidos guerreiros se acham com direito.

Não consta que tenha perdido o rumo nessa laboriosa jornada em que — sublinhêmo-lo — várias vezes se cruzou com outro experiente navegante dos mares da democracia, o Presidente da República Portuguesa e Doutor "Honoris Causa" pela Universidade do Porto, Mário Soares.

Imagino-os, em tempo de exílio ou já com responsabilidade na governação, conferindo rotas, acertando azimutes, revigorando afetos, num desses portos onde os impulsos mais generosos pela dignificação dos homens e mulheres de todo o mundo se cruzam inevitavelmente com as incertezas e angústias da difícil arte a que se chama realismo político.

O porto que imagino para o encontro dos dois companheiros não tem — ou sou eu que não o vislumbro? — cais de chegada. É um porto só de partida e, quando a âncora levanta, sente-se sempre, na margem, o frêmito de uma estranha ondulação. Chamemos à sutil ondulação e ao frêmito que persiste: LIBERDADE.

A Utopia Viável^(*)

Fernando Henrique Cardoso

Quero, inicialmente, expressar meu agradecimento à Universidade do Porto pelo título de Doutor que me concede e que muito me honra. Renovar o contato com a Academia, como hoje faço, é sempre motivo de satisfação para alguém que se orgulha de ter dedicado grande parte da vida ao ensino na Universidade.

Reza a tradição que o homenageado dê uma aula. O objeto de minha exposição será o de examinar, em linhas gerais, os principais traços e as tendências mais importantes do cenário internacional contemporâneo.

Em meus anos de vida acadêmica, minhas reflexões tiveram como ponto central a compreensão das possibilidades e dos limites do desenvolvimento dos países da América Latina, da interação de condicionantes externos com as variáveis internas para produzir, nos países da região, um caminho possível de desenvolvimento que chamávamos, Enzo Falletto e eu, de modelo capitalista dependente-associado.

A dimensão internacional já estava presente, portanto, em meus estudos, embora subordinada à preocupação maior de explicar o quadro interno.

(*) Discurso proferido na cerimônia de outorga do título de Doutor "Honoris Causa", pela Faculdade de Economia, da Universidade do Porto, Portugal, 22 de julho de 1995.

Hoje, no entanto, quero concentrar-me exclusivamente nas transformações mundiais dos últimos anos, não apenas porque, cada vez mais, é o externo que passa a influenciar o interno em cada país e isso vale tanto para o Brasil como para Portugal, mas também porque me sinto mais à vontade para enveredar pelos temas da agenda internacional. É que agreguei à perspectiva do acadêmico uma nova faceta: tornei-me também ator e operador de política externa, antes como Chanceler, agora como Presidente da República. E nada substitui a vivência direta das questões internacionais para chegar-se a um entendimento mais abrangente dos desafios que apresenta um cenário externo em mutação acelerada e constante.

No plano geral das relações econômicas, a tendência mais nítida é a da internacionalização do processo produtivo. É uma realidade que se foi construindo nas últimas décadas. Há mais de 25 anos, eu utilizava o termo "internacionalização dos mercados" para caracterizar a atuação das empresas multinacionais em países como Brasil, transferindo para eles, como resposta à elevada proteção tarifária, algumas de suas operações para penetrar naqueles novos mercados. Mas na verdade era mais complexo o processo que vinha ocorrendo: mais do que a simples internacionalização dos mercados, tratava-se da internacionalização do processo produtivo, ou, como se diz freqüentemente, da globalização da economia, da expansão dos fluxos internacionais de comércio e de capitais, que acarretou profunda reorganização do sistema econômico mundial.

Algumas das conseqüências da internacionalização do processo produtivo são hoje claras. Em primeiro lugar, criou oportunidades de certa maneira inesperadas ao produzir novas ondas de industrialização no mundo.

Os tigres asiáticos e até certo ponto o próprio Japão souberam sair à frente, com políticas industriais e educacionais mais eficientes. As altas taxas de crescimento que obtiveram nas últimas décadas resultaram do acerto dessas políticas e também das perspectivas abertas pela globalização.

Em segundo lugar, as escalas ampliadas de produção e de mercados exigidas pela globalização ditaram um processo de unificação, de integração de grandes espaços econômicos. A pioneira experiência européia, que

A Utopia Viável

os portugueses vivenciam tão de perto, é o esforço mais avançado nesta direção. Mas há outras iniciativas, inclusive sub-regionais, como é o caso do MERCOSUL, que tem sido importante fator de dinamismo para a economia brasileira. O fenômeno de multipolarização econômica em espaços regionais, visto por muitos analistas não apenas como uma ameaça de esfacelamento do sistema internacional, mas também como um potencial de disputa pela hegemonia econômica.

Reforçavam essa visão os sucessivos adiamentos na conclusão da Rodada Uruguai do GATT; os crescentes atritos comerciais entre Estados Unidos, Europa e Japão, e ainda algumas obras como as de Lester Thurow e Paul Kennedy que tiveram repercussão e enfocavam, sob diferentes ângulos, os temas da competição entre "blocos" e da competitividade das nações.

Não acredito, porém, que a integração regional se faça em detrimento da intensificação dos laços comerciais, financeiros e empresariais entre os diferentes blocos regionais. A razão para isto está na escala de produção e na inovação tecnológica, que militam a favor de uma espaço econômico ainda maior, de escopo mundial. A possibilidade de participar com eficiência na economia globalizada é dada cada vez mais pela capacidade dos países de investir em ciência e tecnologia e de dispor de recursos humanos qualificados, além de criar instituições em que haja liberdade e respeito aos direitos humanos.

A terceira consequência da internacionalização do processo econômico foi o fracasso espetacular dos países que não foram capazes de reunir aquelas condições de participar da economia global, a começar pelas economias centralmente planejadas no Leste Europeu. Depois do ímpeto desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra Mundial, quando a União Soviética chegou a dar a impressão de que estava na vanguarda tecnológica após o lançamento do Sputnik, o comunismo perdeu terreno. Sua estrutura econômica não soube acompanhar o desenvolvimento tecnológico na produção de bens de consumo para sua população; não pôde gerar poupança interna em grau compatível com a mudança do ciclo tecnológico; e não soube criar, em suas instituições fechadas e pesadas, o clima de liberdade necessário à imaginação, à pesquisa, ao desenvolvimento.

O que o Mundo Ocidental fez foi uma verdadeira revolução organizacional. O capitalismo deixou de significar apenas o "livre jogo" dos mercados para, através da revolução tecnológica e da informação, tudo abarcar: a Universidade, o Estado, os meios de comunicação.

Os países de economia antes centralmente planejada vivem anos de transição dolorosa e difícil e levarão outros mais até poderem colher plenamente os frutos dos esforços de ajustamento às novas realidades econômicas mundiais.

O outro grupo de países que não foi capaz de integrar-se na economia global deve ser encontrado em grande parcela do que nos habituamos a chamar de Terceiro Mundo.

Durante muito tempo, prevaleceu, ao pensar-se no conceito de Terceiro Mundo, a idéia da unidade, a noção de um grupo de nações que, não obstante suas diferenças, partilhavam as características comuns do subdesenvolvimento. Mais do que isso, uma plataforma política conjunta que, na convicção de que a razão e a ética estavam a seu lado, continha reivindicações para transformar o ordenamento internacional. Hoje, o conceito de Terceiro Mundo perdeu muito de sua utilidade, porque sabemos que, na verdade, ele escondia realidades muito diferentes, que o tempo viria a acentuar ainda mais.

Os NICs asiáticos desfrutam hoje padrões de renda que os deixam mais próximos do mundo desenvolvido do que do mundo em desenvolvimento. A América Latina, com uma ou outra exceção, como o Chile, tardou a embarcar no processo de integração na economia global. Foi ali que a estratégia de substituição de importações, de industrialização protegida, fincou raízes mais profundas. Nos últimos anos, os países da região tentam recuperar o atraso, dentro de uma perspectiva geral de maior abertura e de crescimento, mas com instrumentos distintos e graus diferenciados de êxito para cada um. Para os países continentais, como Índia, Paquistão, China, Indonésia e o Brasil, se não se integrarem de modo satisfatório às correntes econômicas internacionais, restará sempre a opção do mercado interno, de um suposto e talvez inatingível "caminho próprio" de desenvolvimento.

Mas para a maior parte do restante do antigo Terceiro Mundo, duas visões se opõem. Uma delas tende a ver os países dessa parte do mundo

A Utopia Viável

como de difícil integração aos espaços econômicos regionais ou à economia global. Estariam condenados ao esquecimento, pela irrelevância do ponto de vista econômico. Alguns tentariam organizar-se politicamente em sistemas socialistas alternativos; noutros prevaleceriam o caos e a corrupção. Muitos ainda viveriam da assistência num mundo em que a ajuda internacional passou a ser percebida como uma cobrança irritante sobre sociedades ricas que têm, cada vez mais, seus próprios problemas internos de pobreza e de desequilíbrios econômicos, como o desemprego estrutural. O sentimento de "aid fatigue" nos países afluentes, a banalização das imagens televisivas da pobreza, a corrupção endêmica em muitos regimes teriam contribuído para erodir o capital de simpatia necessário para aumentar a assistência internacional aos povos mais pobres. A História tenderia a ser cruel para os que se situam à margem do "mainstream".

A outra visão, da qual sou partidário, sem negar as dificuldades enormes da maior parte do Terceiro Mundo, acredita nas possibilidades de longo prazo de sua integração na economia mundial e recusa-se ao imobilismo e ao fatalismo.

Para os que assim pensam, em vez da indiferença, a situação desses países suscita a indignação, sentimento capaz de produzir a mobilização necessária à ação. Porque a disparidade entre nações ricas e pobres continua a incomodar, a machucar, a perverter a boa consciência do mundo.

Em suma, a globalização da economia é um fenômeno que veio para ficar e que — queira-se ou não — cada vez mais influencia as opções nacionais de governantes e dirigentes. Mas a internacionalização da economia não se fará sem conflitos, com base em consensos doutrinários, à moda do "fim da história" de Fukuyama. Contradições continuarão a surgir. Se a própria lógica e a dinâmica da economia exigem escalas ampliadas de mercados, sentimentos políticos antigos, que vieram à tona com o fim da Guerra Fria, atuam no sentido da autonomia, da desagregação de unidades políticas. Na antiga União Soviética, foram o próprio desejo de liberdade e o impulso democrático que levaram à emancipação das repúblicas agora independentes.

Chegamos ao paradoxo da criação de novos Estados que só serão viáveis se, economicamente, estiverem integrados com outros.

Por outra parte, a internacionalização do processo econômico tem tido como pano de fundo não a inclusão social, mas sim a exclusão, crescentemente dramática, daqueles que não são capazes de acompanhar os novos padrões de competitividade, sejam — como vimos — nações inteiras, sejam, dentro das nações, as camadas menos favorecidas ou minorias étnicas e religiosas.

Até quando poderemos tolerar a exclusão? Até que volte a penetrar, em nossa consciência, a idéia de justiça social, agora resgatada e livre de associações com o comunismo derrocado? Ou até que os níveis de violência e de caos gerados pela exclusão se tornem intoleráveis? Ou ainda até que os fluxos migratórios do Sul para o Norte atinjam proporções ainda maiores?

Passo agora à análise das transformações no plano político e começo com uma afirmação que, embora possa parecer óbvia, nem por isso deixa de ser necessária: vejo o fim da Guerra Fria como algo positivo. O período histórico inaugurado com a queda do Muro de Berlim reúne condições claras para que seja essencialmente melhor do que o universo do conflito bipolar. Hoje, esta idéia pode parecer simples e virtualmente inquestionável. No entanto, ainda existem os saudosistas da Guerra Fria, talvez porque fosse mais fácil explicar o mundo, já que a Guerra Fria, de certo modo, trazia maior grau de previsibilidade à cena internacional.

É certo que o sistema internacional contemporâneo caracteriza-se por maior incerteza, situação esta que gera sentimentos divididos. De um lado, há os que vêem o final da Guerra Fria como permeando toda a agenda internacional de modo positivo: a democracia e a economia de mercado seriam valores absolutos e triunfantes, trazendo, sem matizes, nova era de paz e prosperidade.

De outro, prevalece atitude pessimista, com ênfase nos conflitos de natureza étnica ou religiosa; no "choque de civilizações" e nas disputas comerciais como substitutos do confronto ideológico; na incapacidade das Nações Unidas, apesar do êxito na Guerra do Golfo, de lidar com estes novos tipos de conflitos localizados.

A Utopia Viável

Entre estes dois extremos, a avaliação correta seguramente estará em algum ponto intermediário. Do ponto de vista da ação do Governante, porém, questão mais relevante parece ser a do que fazer para que os efeitos positivos provocados pelo final da Guerra Fria se consolidem, se propaguem e acabem por prevalecer sobre os negativos.

Os efeitos positivos começam pelo desanuviamento da agenda internacional da Guerra Fria, marcada pela paz fragilmente mantida à custa do equilíbrio do terror, pela exacerbação dos conflitos regionais, mediante a confrontação ideológica, pela paralisia das organizações internacionais.

Também como positivo deve ser encarado o grau razoável de convergência de valores que passou a existir internacionalmente. A democracia predomina, se nem sempre como realidade, pelo menos como objetivo a ser alcançado. O respeito aos direitos humanos firma-se como norma geral de conduta civilizada; reforçaram-se os mecanismos internacionais para a proteção ambiental; e a noção de liberdade econômica como meio de promoção do crescimento complementa a de liberdade política.

Diria mesmo que, aparentemente, se tomarmos como base as conferências mundiais patrocinadas pelas Nações Unidas nos últimos anos — sobre população, mulher, direitos humanos, desenvolvimento social, meio-ambiente — as condições, a qualidade e a possibilidade da vida humana estão no centro do debate internacional.

O reconhecimento de que estes temas "novos ou renovados" são também temas "globais", no sentido de que o interesse da humanidade deve prevalecer independentemente dos diferentes sistemas sociais e políticos, é um importante avanço tornado possível pelo fim da disputa ideológica.

Se Marx fez do proletariado a classe universal e da luta de classes fenômeno que não conhecia fronteiras, os temas globais hoje nos fazem lembrar que existe algo de universal que transcende as ideologias tradicionais.

No entanto, estamos ainda numa etapa de "ganhos conceituais". Passar para a etapa posterior, de transformar em ações concretas esta convergência de valores, é a tarefa que temos pela frente. E é preciso andar rápido, porque, se permanecerem apenas no plano do "abstrato", das promessas, os valores podem perder rapidamente sua base de legitimida-

de, num momento em que crescem as pressões dos povos pelas conquistas da democracia, no sentido mais amplo do termo, e pelo progresso material.

Se a democracia e a defesa dos direitos humanos são percebidos como valores universais, como podemos expandir sua supremacia? Se a comunidade internacional concorda na prioridade da preservação ambiental, os mecanismos internacionais de cooperação dão resposta suficiente aos problemas nesta área?

Se a preocupação com a justiça social já não é monopólio de uma corrente ideológica, como combater de forma efetiva a fome e a pobreza? Se a globalização da economia é benéfica, como evitar suas conseqüências negativas de exclusão social das parcelas da população incapazes de integrar-se nos novos padrões de competitividade exigidos? Se o mundo bipolar deixou de existir, por que não estamos sabendo utilizar os mecanismos de segurança coletiva existentes ou reformá-los para que sejam mais eficazes?

Estas questões demonstram uma convergência entre a agenda internacional e as agendas nacionais. O desafio maior é justamente o de harmonizar, de combinar as ações nacionais e a cooperação internacional não apenas como valores, mas também no encaminhamento de assuntos concretos.

No quadro de multipolarização mundial surgido no pós-Guerra Fria, ao lado da globalização da economia e do predomínio dos grandes temas da sobrevivência da humanidade, a discussão dos aspectos éticos da idéia do progresso voltará a ser tendência crescente nos próximos anos. Dito de maneira diferente: às vésperas da entrada no novo milênio, desenha-se no horizonte um "novo humanismo". A aceleração e a amplitude do desenvolvimento científico-tecnológico levaram a sociedade contemporânea a ter de defrontar-se com temas que, se têm semelhança com aqueles que desafiaram os homens do Renascimento, deles se afastam por uma questão de perspectiva: já não se trata do homem, sujeito individual, como medida de todas as coisas, mas da Humanidade, sujeito coletivo, medida da própria sobrevivência de qualquer civilização ou cultura.

Até que ponto este reencontro com a noção de Humanidade por uma civilização tecnológica impregnada de uma cultura racional, desencanta-

A Utopia Viável

da, traz de volta a questão da justiça social, da busca da igualdade, de uma nova utopia, não apenas no interior de cada país, mas também no quadro maior das relações internacionais? A resposta a esta pergunta é difícil, porque implica opções concretas de política.

Depois do colapso do socialismo, não creio que o mundo estará condenado, como alguns parecem crer, a escolher entre as alternativas do "neo-liberalismo" triunfante e de uma social-democracia esmaecida, lutando para sobreviver como ideologia moderna viável. Acredito que a idolatria ingênua e ideologizada pelos mecanismos espontâneos de regulação de preços e salários pelo "mercado" crescentemente cederá lugar à necessidade de implementação de medidas compensatórias para corrigir as distorções que o próprio mercado produz. E, por isso, acredito também que a social-democracia renova suas chances de voltar a ser caminho atraente, se a ela agregarmos uma nova dimensão utópica, que fortaleça espaços públicos de participação, que institucionalize formas de democracia participativa, que concilie direitos e motivações individuais com a realidade de que os cidadãos vivem situações comuns, coletivas.

Essa utopia "viável", contradição em termos, parte do pressuposto de que a justiça social continua como objetivo e valor a serem perseguidos. É parte igualmente do pressuposto de que a promoção da justiça social é viável, porque o desenvolvimento da civilização tecnológica e capitalista cria as possibilidades, pelo lado da acumulação de riqueza e conhecimento, e a necessidade, pela exclusão social que gera, da correção das distorções e desequilíbrios.

A busca da justiça é cada vez mais questão que preocupa todos os países, ricos e pobres, que se defrontam, embora em diferentes níveis, com os mesmos problemas da previdência social para uma população que envelhece e de emprego para os jovens que ingressam no mercado de trabalho; do acesso universal aos serviços básicos de saúde, educação e moradia; da marginalização, da droga e da delinquência.

Transposta para o plano internacional, esta "utopia viável", de "alcançe médio", já não passa pela criação de uma "nova ordem econômica internacional", que os países em desenvolvimento tiveram a ilusão de poder construir nos anos 60 e 70, através de negociações no âmbito Norte-Sul. Passa pelas reformas internas, pelo "homework", pela ques-

tão da "boa governança" em todos os países em desenvolvimento e desenvolvidos. Mas requer também que o tema do desenvolvimento seja reintroduzido na agenda internacional como "global issue" de escopo geral, que na verdade inclui todos os demais temas "novos ou renovados". O Sul só sairá de seu isolamento, só será integrável à economia globalizada se sua problemática voltar a ocupar lugar central nos esforços de cooperação internacional.

É claro que esta globalização da temática do desenvolvimento não pode ser conduzida em bloco, como se o Sul fosse entidade única. Este erro já cometemos. O "novo humanismo" assumirá, para alguns países do Sul, condições de acesso a mercados e à tecnologia; para outros, assistência humanitária e doação de alimentos. Em nenhum desses casos, há razões para confrontacionismos estéreis. Estes esforços obedecerão, todos, à mesma lógica de uma nova utopia, mais modesta, mas por isto mais factível.

Afinal, a política é menos "a arte do possível" do que a "arte de tornar possível aquilo que é necessário".

Agenda para o Século XXI^(*)

Fernando Henrique Cardoso

“Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.” Com essas palavras, Eric Hobsbawn encerra seu último livro, *The Age of Extremes*, uma sóbria e brilhante reflexão sobre o século XX, e lega-nos uma indagação inquietante. Mudanças são necessárias diante dos problemas evidentes com que a humanidade se defronta; porém, nos faltaria o modelo que orientasse as mudanças.

Os problemas são fáceis de identificar.

A pobreza absoluta ainda é o principal desafio para a maior parte da humanidade e estamos longe de estabelecer as bases para que todos alcancem condições mínimas de uma existência digna. Para a imensa maioria da população mundial, educação, saúde e habitação são sonhos distantes.

As sociedades desenvolvidas deparam-se com a realidade do desemprego estrutural que, mais do que um dado econômico, representa um drama social na medida em que afeta a própria confiança no futuro de muitos, especialmente dos jovens.

(*) Artigo preparado para a publicação “Architects of the upswing: Agenda for the 21st Century”, do jornal alemão *Frankfurter Allgemeine Zeitung*.

As migrações fazem com que o mundo rico e o pobre se encontrem, mas, em vez da solidariedade, esse encontro tem levado a formas de fechamento, exclusão e mesmo de xenofobia.

O crescimento populacional desordenado aliado à ausência de projetos de desenvolvimento sustentável ameaçam o meio ambiente e, de novo, são as populações pobres que sofrem mais. A longo prazo, se não soubermos propor e introduzir mudanças, as próprias condições de vida na Terra estarão prejudicadas.

O problema das drogas expande-se e torna-se mais do que uma questão policial; talvez estejamos diante de uma "doença social" de raízes profundas.

O sistema internacional revela, na dimensão econômica, instabilidades que são onerosas para todas as nações e que resistem a soluções simples, como o fenômeno da volatilidade dos fluxos financeiros. Na dimensão política, embora o final da Guerra Fria tenha desanuviado horizontes, ainda não chegamos a consensos mais amplos que permitam soluções eficazes e duradouras para muitas crises e conflitos regionais.

Se é fácil a identificação dos problemas, ainda que em lista exemplificativa como a que apresentei acima, as dificuldades começam com a busca de alternativas para que elas possam ser superadas e afastar-nos da escuridão. Podemos ser otimistas? Há perspectivas concretas de soluções verdadeiramente globais para os problemas que levantei? E mais — embora saibamos que muitas dessas questões sejam dramáticas, umas de curto prazo, como as da pobreza, outras a longo prazo, como as do meio ambiente — por que parecem faltar aqueles elementos mobilizadores que induzem a atitudes novas, que "forçam" as sociedades a encontrarem soluções efetivas?

No Brasil, os problemas de uma sociedade desenvolvida se somam aos de uma sociedade pobre e injusta. Temos de, a um só tempo, correr para que nosso parque produtivo se modernize, mantendo padrões de competitividade e gerando empregos, e implantar sistemas que assegurem acesso universal à educação, à saúde e à assistência social. Lidar com desigualdades tão marcantes desconcerta; exige criatividade, generosidade e um sentido de justiça.

Ao analisar a Inglaterra do século XIX, que à época representava aquilo que o capitalismo tinha de mais avançado, Marx dizia que poderia desvendar as tendências da evolução das sociedades. Por sermos, no Brasil, uma sociedade ainda dividida, de contrastes tão óbvios, talvez tenhamos uma perspectiva própria e original para entender o que se passa no mundo e o que é necessário fazer para transformá-lo. De fato, em minha lista de problemas, o tema da desigualdade aparece sempre, ora sob a forma do contraste social, ora sob a forma do conflito étnico, ora sob a forma de perspectivas contrastantes diante dos processos internacionais.

Quero, desde já, dizer que não sou pessimista. Tenho afirmado que nosso tempo pode transformar-se em um "novo renascimento". E para estruturar minha reflexão, recorro a um importante legado deste século: a disputa entre socialistas e liberais. Se não queremos, como Hobsbawn, simplesmente repetir o passado, é melhor entendê-lo bem. Aqui, não é o caso de retomar a comparação entre os dois sistemas, mas antes de chamar a atenção para um aspecto que, a meu ver, é crucial para orientar as transformações a que almejamos: o tema dos valores.

Foram muitas as contribuições de Marx para entender a realidade do capitalismo. Mas, talvez, sua mais profunda contribuição teórica tenha sido a de ligar o processo de transformação social a uma proposta ética, de caráter profundamente igualitário. As "partes" da realidade — a economia, a política, o mundo dos valores — se ligariam e formariam um todo inteligível, com leis de movimento que apontariam para certa direção no futuro. A constatação de que o todo social é contraditório, dialético, sobredeterminado pelas relações de produção, não nos afastaria da compreensão do *sentido da mudança*, que traria necessariamente mais igualdade.

Quando o socialismo se converte, porém, em forma ideológica de regimes políticos, a compreensão dialética da realidade se perde. Sabemos que o defeito do socialismo real — e a causa de seu fracasso — adveio da incapacidade que tiveram os regimes de, ao mesmo tempo, crescer de forma sustentada e corresponder aos ideais de igualdade. Falhou o crescimento econômico porque não se compreendeu a tempo que um ingrediente necessário para o desenvolvimento era a liberdade, a circulação desimpedida de idéias e informações. Falharam os valores, os objetivos éticos, porque os ideais se enrijeceram, perderam vitalidade, levaram ao

enfraquecimento da legitimidade dos regimes, tanto porque se criavam novas modalidades de desigualdade (dentro dos Estados Socialistas e entre eles), quanto porque a liberdade individual foi subestimada como um valor em si, necessário e imprescindível para a afirmação dos cidadãos.

Por seu turno, se as soluções ideológicas liberais não se revestiram da coerência que o socialismo tinha em seu ponto de partida, ganharam consistência ao longo do tempo. A combinação das noções de mercado, liberdades individuais e democracia decorreu de uma construção histórica. Daí a variedade das fórmulas do "capitalismo real", que admite desde as formas individualistas, mais ligadas ao mundo anglo-saxônico, às formas comunitárias, que se afirmam na Ásia, a partir do modelo japonês. A economia de mercado revelou-se ainda mais maleável. Seu dinamismo, de resto previsto por Marx, foi notável, sobretudo porque encontrou as condições políticas do progresso, dadas essencialmente pelos regimes democráticos. O que seria importante reter é que, diferentemente do socialismo, as economias de mercado admitem soluções diferenciadas de ética social. Mais claramente: o mercado apresenta, por si só, exigências políticas, como a da liberdade individual, mas não gera automaticamente modelos uniformes de convivência social. Daí a distância entre os modelos social-democrata e neo-liberal, dentro do mesmo marco da economia de mercado. O espaço de escolha para estruturar soluções sociais é amplo e, quando falamos em escolha, falamos em valores, em orientação ética.

Esse contraste entre o fracasso do socialismo real e as variedades do "capitalismo real" ainda está muito vivo, e acredito que nem todas as suas lições tenham sido aprendidas, como forma de orientar nosso comportamento diante dos desafios do século XXI.

Na medida em que as soluções ditadas pela lógica do mercado aparecem como vitoriosas e ideologicamente hegemônicas, corremos o risco de atribuir ao mercado algo que ele não é capaz de oferecer: a capacidade de gerar modelos de convivência, de orientação política. Em outras palavras, ao querer atribuir ao mercado virtudes que ele não tem, podemos cair no erro de desenraizar a economia do social e, o que é mais grave, de reduzir a ação política à arte de "preservar" as potencialidades do mercado.

Em contrapartida, a experiência do socialismo real revelou que a implementação de um ideal igualitário, embora necessária, é insuficiente para determinar os critérios de bom governo. Ideais que não encontram caminhos de realização efetiva perdem força de legitimidade. Desorientam, passam a constituir, na forma clássica da expressão ideológica, um espelho invertido, a mostrar não o que a sociedade pode alcançar, mas o que as estruturas de dominação "fingem" oferecer. Uma das vantagens da democracia é justamente a de ter mecanismos — cada vez mais eficientes — de avaliar medidas de governo, seu sentido, sua eficácia. De uma certa forma, a política hoje tem a possibilidade de estar ancorada na realidade, e este é um ganho inegável de nossos tempos. A ideologia, na concepção marxista, pode apagar-se diante da disputa real em torno de idéias e ideais.

Por isso, combinar eficiência e equidade é um objetivo a ser buscado. A dificuldade é justamente a de identificar parâmetros capazes de assegurar que, a partir de impulsos de eficiência, se obtenha também a equidade. Diria mesmo que há uma medida de consenso quando falamos de grandes objetivos de transformação, que se perde, porém, no momento em que passamos a lidar com métodos de realizá-los, quando os interesses localizados começam a ser afetados pela transformação.

A respeito da distância entre consenso quanto a objetivos e disputa quanto a métodos, podem ser ilustrativos os exemplos da realidade brasileira recente. As críticas feitas ao programa de estabilização nacional, o Plano Real, sobretudo pelos economistas de esquerda, eram no sentido de que o Plano poderia ser eficiente, mas jamais seria equitativo. Esses críticos não identificam, em seu repertório ideológico, a estabilidade econômica como um valor que interesse à maioria da população, além de enfocar, no processo de estabilização, não tanto a estabilidade mas os riscos de recessão. Mas o que ocorreu foi justamente o oposto: os maiores beneficiários da estabilidade foram justamente as camadas mais pobres da população brasileira.

Outro exemplo é o da seguridade social, que, hoje, é problema universal, diante da crise financeira dos Estados. Medidas que podem parecer "injustas porém eficientes" para muitos, sobretudo quando se pensa com vistas exclusivas no curto prazo, podem significar benefícios mais equânimes no longo prazo.

A necessidade de compatibilizar eficiência e equidade, no curto e no longo prazos, não tem expressões concretas simples, não pode ser traduzida em receitas acabadas. Indica um rumo e um conjunto de valores. É necessário, portanto, transformar esses valores em efetivos parâmetros para a mudança social.

Essas seriam, a meu ver, algumas das lições essenciais do período que vivemos, em que minha geração se formou para a vida intelectual e política.

Por que falo agora de um "novo renascimento"? O Renascimento teve múltiplos significados filosóficos e históricos. Um dos fundamentais foi o de dar aos indivíduos a noção de que eles poderiam controlar o seu destino. O Homem da Renascença passou a se sentir, por um lado, desamparado, pois lhe faltava a certeza das hierarquias e da axiologia criadas pela religião; por outro lado, contudo, passou a se sentir mais forte, porque, afinal, era mestre de seu destino. Nada exprime melhor este momento do que as transformações no modo de encarar a investigação científica, que se tornou livre e sem limites, a libertação da arte da política de constrangimentos religiosos, operada por Maquiavel, e, sobretudo, as transformações nas artes plásticas. A passagem verdadeiramente dramática da iconografia estática para o movimento e a perspectiva é um sinal claro de uma nova "visão de mundo".

O Renascimento coincide, também, com uma nova consciência das "dimensões do mundo", dadas pela seqüência dos Descobrimentos. O Homem do Renascimento anunciava o que o Iluminismo elaboraria em torno de uma certa confiança tranqüila no progresso da humanidade, pelo avanço da razão.

Hoje, certamente, as expressões artísticas também anunciam uma nova época. Não pela "descoberta" de técnicas de representação (como a nova perspectiva pictórica), como no Renascimento. De uma certa maneira, as vanguardas do século XX já demonstraram a infinita capacidade de invenção plástica do homem contemporâneo, ao ponto de que hoje podemos dizer que existe até um "esgotamento estético" decorrente do excesso dos experimentalismos. A novidade nas artes está, na trilha do que já antevia Benjamim, nos seus novos suportes tecnológicos, que permitem formas infinitas, sempre mais perfeitas, de multiplicação das possibilida-

des de fruição da obra de arte. Para dar um exemplo que me chamou a atenção, recebi há poucos dias uma perfeita reprodução do quadro de um grande pintor brasileiro feita a partir de trabalho de "scanner" sobre o original. As possibilidades tecnológicas certamente terão algum impacto sobre o próprio processo da criação artística, como também podem democratizar enormemente o acesso aos bens culturais. Esse sinal que nos dá as artes é significativo. É como se houvesse um anúncio tácito, no mesmo diapasão do Renascimento, de que podemos muito. Com uma diferença fundamental em relação ao Renascimento: o sentimento de liberdade não está amparado por modelos ideais de um passado, como o greco-romano para os italianos dos séculos XV e XVI, mas vale em si mesmo. É um desafio — que para alguns suscita um sentimento de desamparo — porque, hoje, a liberdade de criação não corresponde mais a um modelo estético que sirva de padrão e referência.

É sintomático que, ao mencionar as artes, tenha acentuado o que oferecem à criação, à ciência e à tecnologia. De fato, todos reconhecem que, na difusão científica e tecnológica, acoplada pela expansão infinita nas formas de comunicação, está o cerne do processo contemporâneo de transformação. Estamos confrontados com uma era de descobertas e avanços que geram forças poderosas de transformação social e econômica. A rapidez e a novidade das ofertas tecnológicas geram uma forma de "deslumbramento" com os poderes não só da tecnologia, mas também do mercado. Podemos muito. Talvez o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos seja, hoje, suficiente para aliviar algumas das mazelas de nosso tempo, como a fome, a miséria absoluta. Mas o que fazer para que esses conhecimentos sirvam à humanidade e não sejam fatores de diferenciação crescente?

Um dos riscos que corremos é justamente o de transferir a "responsabilidade" de criar e de adaptar-se aos novos tempos para a impessoalidade do mercado. Conhecemos, como apontei, as vantagens do mercado como gerador de riqueza e criatividade. Sabemos, também, que o mercado se ampara em determinados valores, como o das liberdades, mas que são insuficientes para dar pautas de convivência social. Se o mercado reinar absoluto, haverá, como talvez no domínio da estética, um sentimento de profundo desamparo. E a idéia de "alienação" (no sentido marxista do termo) voltaria, diante de forças que criamos e não sabemos controlar.

A ausência de um debate mais dialético sobre os objetivos do mercado e da liberdade pode resultar em que eles percam as virtudes mobilizadoras que tinham e levar em sua esteira a uma crise de valores. De fato, faltam agora não mais as certezas religiosas, mas sim as certezas ideológicas que, bem ou mal, nos davam, pela vertente do socialismo, os impulsos éticos de transformação. A existência de um modelo alternativo de sociedade, por seu turno, levava a economia de mercado a atitudes defensivas que geravam movimentos de transformação e aperfeiçoamento. Não é por acaso que Hobsbawm afirma, com o melhor espírito dialético, que o "capitalismo só sobreviveu para mostrar a sua capacidade superior por causa do socialismo".

Em suma: o homem vive possibilidades "renascentistas", uma nova liberdade de reinventar modelos de convivência. Os modelos ainda estão em processo de definição e no estágio atual, apontam, mais que padrões positivos, limites ao que não se deve fazer.

Outro fenômeno contemporâneo, também engendrado pelo progresso tecnológico, e que reforça a tese do "Novo Renascimento", é o da globalização, que produz nova consciência das dimensões do mundo. Os acontecimentos, em qualquer parte, afetam a vida de todos, em todos os seus aspectos. O Renascimento estabeleceu o indivíduo como sujeito e, com a própria reversão das formas religiosas de interferência na política, deixou aberto o terreno para a definição de um novo modelo de organização social, o Estado soberano. Agora, o avanço da globalização desenha a "humanidade como novo sujeito" e, de uma certa forma, o próprio Estado é obrigado a se adaptar a novas circunstâncias. Essa noção impactante de "comunidade global" está alterando nossa cosmovisão e, em consequência, a dos próprios governantes, que já não podem encarar os problemas a partir de uma ótica meramente nacional. A solidariedade torna-se uma exigência que não decorre apenas da consciência ética dos povos. As grandes conferências das Nações Unidas, ao lidar com temas como meio ambiente, direitos humanos, população, mulher, problemas urbanos, desenvolvimento social, revelam claramente que o mundo da política e, portanto, dos conflitos e contradições, não está mais contido nos limites nacionais.

Porém, o resultado desse processo não é simples. Se a nova agenda é universal pela temática, não o será, como, por exemplo, durante a Guerra

Fria, por haver um tema mobilizador que a organize. Somos obrigados a tecer argumentos universais, mas de cortes diferenciados, quando pensamos efetivamente em possibilidades de transformação. Não existe, como propunha Marx, um conflito central, unificador, de caráter transnacional. Os processos serão necessariamente complexos. Temos, porém, uma vantagem sobre a mundialização renascentista. Esta vem marcada pela diferença, pela ideologia da superioridade civilizacional ou hierarquizações culturais do Ocidente. Hoje, depois de a antropologia ter desmistificado as superioridades, a globalização deixa claro que efetivamente os problemas são de todos. As responsabilidades "nacionais" pelas soluções podem ainda ser diferenciadas, mas a consciência de que os problemas têm um novo sujeito, a Humanidade, e que pedem a participação de todos é um ganho indiscutível. Uma clara expressão institucional dessa tendência é o esgotamento do estado nacional como provedor de soluções para as questões econômicas e sociais. A importância dos chamados novos atores — sejam ONGs ou organismos multilaterais — se soma ao reconhecimento, pelos próprios Estados, de que são necessárias soluções institucionais inovadoras para os desafios do presente. A integração regional é o principal exemplo da configuração de novas estruturas de relacionamento entre os Estados.

Assim, não é só o sentimento de desamparo que marca a entrada do século XXI. A analogia com o Renascimento vale porque estamos diante de oportunidades únicas de transformações positivas para a humanidade, que nos livrem da "escuridão". A capacidade de criar riqueza que nos proporciona o avanço tecnológico é incrível, quase ilimitada. Exemplo eloqüente é o da agricultura: nos EUA, percentual relativamente pequeno da população ativa gera grande parte da produção mundial de alimentos.

Sabemos hoje, com clareza, contudo, que o progresso, o crescimento econômico é insuficiente e vazio se não estiver orientado por valores, como o respeito aos direitos humanos, a ecologia, a melhor distribuição da riqueza. Conceitualmente, diria que estamos preparados para dar um salto qualitativo, em termos de um dos problemas centrais da humanidade, que é o da justiça social. O que nos falta, porém, é o controle das artes políticas para estabelecer formas equitativas de crescimento.

Teríamos que reformular Marx e indagar se o progresso das formas de justiça social estaria entravado por modalidades ultrapassadas de apropriação da riqueza? Como compatibilizar, do ponto de vista da ação dos governantes, um modelo econômico que é essencialmente concentrador de renda, dado que as formas de produção são cada vez mais intensivas de capital, com políticas sociais de efeitos compensatórios? Como equacionar o problema do desemprego estrutural, que decorre da mudança do ciclo tecnológico?

Passada a experiência do socialismo real, sabemos que não será por intermédio de uma transformação radical do sistema de propriedade que ganharemos em eficiência e equidade. Até porque a propriedade privada em parte se democratizou e se pulverizou com a presença cada vez maior dos fundos privados de pensão como investidores. Sabemos também que não haverá uma via exclusiva para transformações radicais e definitivas, como queria o marxismo clássico. O projeto de transformação pela via revolucionária, pode-se afirmar sem receios, está perempto.

Estamos, assim, diante de dois desafios. O primeiro fica no plano dos ideais, dos valores: que sociedade queremos e quais são as possibilidades de aproximação igualitária entre os grupos sociais e as nações? O segundo fica no plano concreto das transformações: como canalizar o potencial de criação de riqueza do novo ciclo tecnológico para a geração de mais justiça social?

De certa maneira, os ideais de transformação estão sendo definidos negativamente, ou melhor, como contraponto aos problemas visíveis que o mundo moderno engendrou. Queremos crescimento compatível com o aumento de emprego e progresso que signifique equidade; queremos que as preocupações com os direitos humanos e com o meio ambiente sejam respeitadas; queremos um sistema internacional mais estável, maior conteúdo de representatividade no processo decisório; queremos, ainda, maior previsibilidade com relação ao futuro; queremos que as minorias não sejam excluídas; e assim por diante. Para ilustrar esse repertório de ideais, lembro que, em cada documento final das grandes conferências das Nações Unidas, encontram-se soluções consensuais sobre o que a Humanidade quer. E é sintomático dos novos tempos que se recorra a documentos "negociados" para expor objetivos comuns a nossas sociedades. Sabemos, porém, que o problema central é conseguir que esses ideais

ganhem capacidade de mobilização. Que não fiquem como referências éticas distantes ou meramente retóricas.

Exatamente porque esses ideais não se incorporam imediatamente à luta de uma classe "universal", como no modelo marxista, o seu peso, como ativo mobilizador, é tênue. Assim, da mesma forma que existe uma fragmentação de objetivos, existe também uma fragmentação de modos de atuação. Este é um parâmetro fundamental para os governantes que assumiram o compromisso ético de levar os seus povos a um terceiro milênio mais justo.

Gostaria, para encerrar essa reflexão, de passar dessas notas genéricas, necessariamente abstratas, para um ponto mais concreto da agenda. Tocar, assim, no tema da dinâmica da transformação. Em muitos casos, como ocorre com os direitos humanos e a ecologia, os atores sociais que conduzem a luta pelos valores estão articulados. Porém, a meu ver, um dos objetivos centrais do processo de transformação é a mudança do Estado. É fundamental que o Estado mude para que se torne agente de transformação.

São muitos os tipos de Estado que existem, e diferenciado o seu potencial de atuação. Mas penso que, apesar das forças de globalização, apesar das hipóteses, parcialmente verdadeiras sobre o enfraquecimento — ou melhor, insuficiência — do Estado-Nação, o fato é que ainda deve ser estudado como o instrumento decisivo no projeto de transformações.

Nesse sentido, o primeiro cuidado é evitar atribuir-lhe condições que historicamente perdeu. É impossível ressuscitar o Estado desenvolvimentista da América Latina dos anos 60. O Estado no século XXI não terá o papel central no processo de investimentos. A massa de recursos do capital está disseminada em um sistema financeiro impessoal e por empresas transnacionais. Porém, não haverá investimento se o Estado não souber cumprir suas tarefas de "vigilância" macroeconômica, se não for um marco de referência estável para os agentes econômicos privados, se não for capaz de exercer eficazmente suas funções regulatórias ou de planejamento estratégico.

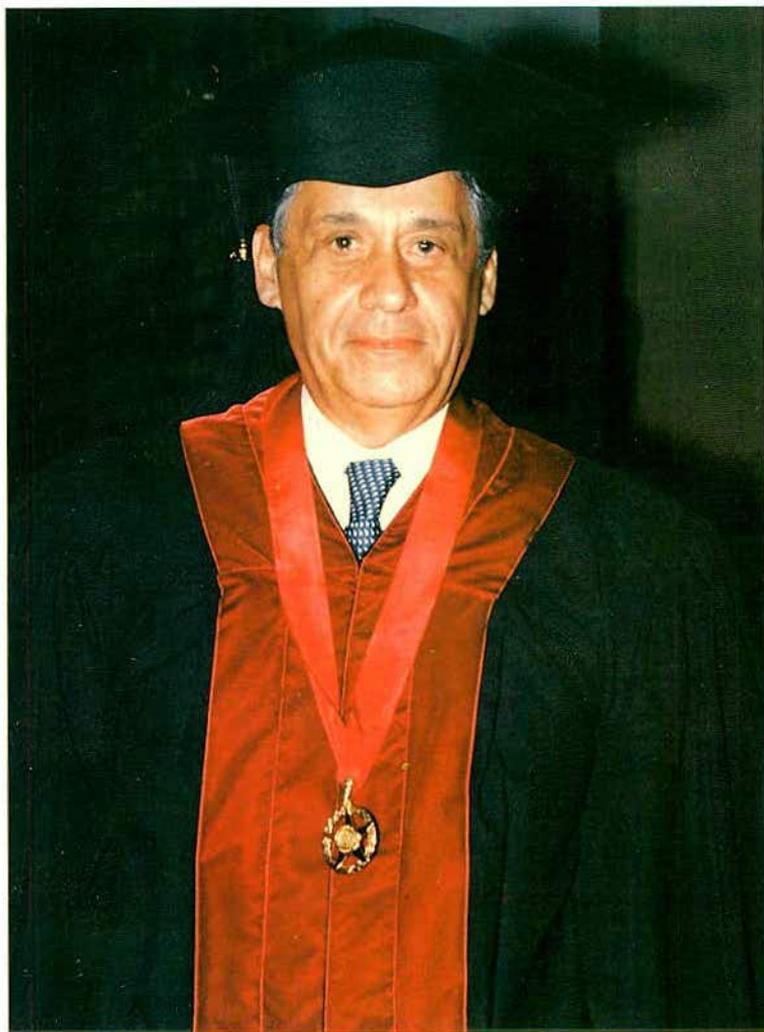
A liberdade de investir e o fato de que empresas privadas assumem serviços tradicionalmente públicos exigem um extraordinário cuidado para evitar formas abusivas de oligopólio, de desrespeito ao consumidor.

O segundo grande objetivo é fortalecer o sentido democrático de ação política, que, na realidade, é condicionante de uma atuação positiva tanto no econômico — a democracia deve aperfeiçoar seus mecanismos de defesa do consumidor —, quanto no social. Assim, o processo de decisão será tanto mais efetivo e mais legítimo, quanto mais concretamente permeado pelas demandas sociais, que, como vimos, se fragmentam dentro das sociedades nacionais. Os processos da representação clássica devem ser complementados por algo que a teoria política ainda não sabe definir com clareza, que é a representação pela participação direta. Não quero voltar, à maneira renascentista, a modelos gregos. Não servem para sociedades complexas como as nossas. Sei, contudo, que um dos maiores desafios do nosso tempo é, à maneira do Renascimento, reinventar a política. Mas em movimento contrário ao maquiavélico, ou seja, reinstalando nos rumos do poder, pela via da participação, o mundo dos valores e da ética.

Dentro da limitação natural que a extensão de um artigo deste tipo impõe, pretendi apenas apontar alguns lineamentos dos desafios que nos aguardam para a definição de uma agenda para o século XXI. Não tive a pretensão de apontar caminhos únicos ou de propor soluções acabadas para os problemas que nos afligem. Procurei, como disse, levantar alguns pontos que julgo essenciais para a ação dos governantes do presente e do futuro. Mas é o próprio debate — a construção democrática de nossa reflexão — que vai nos orientar.

Reafirmo minha convicção de otimismo com relação ao futuro: está ao alcance de nossas mãos utilizar o extraordinário potencial da ciência e da tecnologia contemporâneas para levar a cabo mudanças estruturais de nossas sociedades, de forma a fomentar a solidariedade entre povos e nações e a fixar os alicerces de um mundo mais justo e próspero. Com a coragem e a visão que nortearam os Homens do Renascimento, poderemos ter êxito na consolidação de um mundo melhor, mais justo do que aquele em que nos foi dado viver.

ESTA OBRA FOI FORMATADA
E IMPRESSA PELA
IMPrensa NACIONAL
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1995, COM UMA TIRAGEM
DE 2.000 EXEMPLARES



Outorga do Título de Doutor "Honoris Causa", pela Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade Central da Venezuela, em 06 de julho de 1995

Essa utopia "viável", contradição em termos, parte do pressuposto de que a justiça social continua como objetivo e valor a serem perseguidos.

E parte igualmente do pressuposto de que a promoção da justiça social é viável, porque o desenvolvimento da civilização tecnológica e capitalista cria as possibilidades, pelo lado da acumulação de riqueza e conhecimento, e a necessidade, pela exclusão social que gera, da correção das distorções e desequilíbrios.

Fernando Henrique Cardoso

